

DIÁLOGO GLOBAL

10.1

Falando de sociologia
com Raquel Varela

Christine Schickert

IV Fórum da ISA
em Porto Alegre

Geoffrey Pleyers, Jacob Carlos Lima,
Hermílio Santos, André Salata, Emil Sobottka,
Veridiana Domingos Cordeiro,
Gustavo Conde Margarites,
Priscila Susin,
Ricardo Caldas Cavalcanti,
Lucas Pereira Wan Der Maas,
Izabelle Vieira

Políticas sociais
em países
europeus

Maria Petmesidou, Ana Guillén,
Emmanuele Pavolini, Daniel Clegg,
Roland Atzmüller, Sigita Doblytė,
Aroa Tejero, Silke van Dyk,
Tine Haubner, Beatrice Carella

Os desafios da
digitalização

Paola Tubaro, Lévio Scattolini,
Felix Sühlmann-Faul, Srujana Katta,
Kelle Howson, Mark Graham

Perspectivas
teóricas

Donatella della Porta

In Memoriam:
Samir Amin
Immanuel Wallerstein

Vishwas Satgar
Sari Hanafi,
Stéphane Dufoix,
Frank Welz, Anand Kumar

Seção Aberta

- > **A caravana de migrantes como estratégia de mobilidade**
- > **Buffalo, NY: boas práticas no reassentamento de refugiados**

REVISTA



International
Sociological
Association
isa

VOLUME 10 / EDIÇÃO 1 / ABRIL 2020
<http://globaldialogue.isa-sociology.org/>

DG

> Editorial

Na entrevista desta edição, a historiadora do trabalho Raquel Varela recorda a Revolução dos Cravos ocorrida em Portugal, em abril de 1974. Ela discute por que é importante narrar os eventos a partir “de baixo”, assumindo a perspectiva e as contribuições dos trabalhadores e os impactos duradouros que a revolução deixou no tecido socioeconômico português.

Em julho de 2020, sociólogos e cientistas sociais de todo o mundo participarão do IV Fórum de Sociologia da ISA em Porto Alegre, Brasil, para discutir suas pesquisas e seus entendimentos sobre transformações sociais à luz dos quatro principais desafios do século XXI: democracia, meio ambiente, desigualdades e interseccionalidade. O presidente do Fórum Geoffrey Pleyers enfatiza, em seu artigo, a importância de analisar a interconectividade dos desenvolvimentos sociais. Jacob Carlos Lima, Presidente da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), por sua vez, nos dá uma breve visão da história da Sociedade e apela para o apoio e a solidariedade da comunidade sociológica diante dos recentes desenvolvimentos políticos no país e das lutas sociais relacionadas ao contexto. Hermílio Santos, André Salata e Emil Sobottka, do Comitê Organizador Local do Fórum da ISA, junto com seis jovens acadêmicos brasileiros, nos fornecem algumas ideias acerca da história e da sociologia brasileira atual.

Em razão do desmantelamento sistemático dos estados de bem-estar da Europa nos últimos anos, novas formas de políticas sociais foram estabelecidas, o que desafiou não apenas diferentes países em áreas específicas, mas também o próprio pilar social da Europa e da União Europeia. No primeiro simpósio desta edição, estudiosos apresentam suas pesquisas sobre as trajetórias atuais e os desafios enfrentados por alguns países europeus.

O segundo simpósio trata de uma das grandes questões do nosso tempo: a digitalização da sociedade e como ela

tem impactado no trabalho, nos mercados financeiros, bem como na questão da sustentabilidade. O simpósio ainda aborda como a pesquisa pode contribuir para manter ou criar direitos dos trabalhadores e condições justas de trabalho na chamada Economia de Plataforma.

Donatella Della Porta, por sua vez, mapeia em seu artigo os desafios atuais dos estudos sobre movimento social. Para ela, os protestos em andamento em todo o mundo trouxeram novas questões para a agenda política sociológica, mas também exigiram novas maneiras de analisá-las. Ela defende o resgate do capitalismo e da classe enquanto categorias analíticas importantes dentro dos estudos de movimento social.

Com a morte de Samir Amin (1931-2018) e Immanuel Wallerstein (1930-2019), despedimo-nos de dois ícones das Ciências Sociais e do pensamento político e social. A concepção estratégica de Amin de desvinculação e crítica do eurocentrismo influenciou marxistas e cientistas sociais em todo o mundo. A partir de sua noção de análise do sistema-mundo, Wallerstein enriqueceu a teoria sociológica de maneira profunda. Como ex-presidente da ISA, ele estabeleceu um profícuo intercâmbio entre antigos e novos membros que ressoa até os dias de hoje. Os colegas e amigos desses dois membros excepcionais de nossa comunidade sociológica lembram e honram seu trabalho e vida.

Os dois artigos apresentados na seção aberta tratam da migração para os Estados Unidos: Veronica Montes examina a chamada “caravana do migrante” como uma opção estratégica para pessoas que desejam migrar da América Latina para o norte. Ayşegül Balta Ozgen nos apresenta os desafios e os benefícios que o reassentamento de refugiados significa para uma cidade americana de médio porte como Buffalo, NY. ■

Brigitte Aulenbacher e Klaus Dörre,
editores do *Diálogo Global*

> O *Diálogo Global* pode ser encontrado em 17 idiomas no [website da ISA](#).

> Submissões devem ser enviadas a globaldialogue.isa@gmail.com.

ISA International
Sociological
Association

**DIÁLOGO
GLOBAL**



> Equipe editorial

Editores: Brigitte Aulenbacher, Klaus Dörre.

Editores assistentes: Johanna Grubner, Christine Schickert.

Editor associado: Aparna Sundar.

Editores executivos: Lola Busuttil, August Bagà.

Consultor: Michael Burawoy.

Consultor de mídia: Juan Lejárraga.

Conselho editorial:

Sari Hanafi, Geoffrey Pleyers, Filomin Gutierrez, Eloísa Martín, Sawako Shirahase, Izabela Barlinska, Tova Benski, Chih-Jou Jay Chen, Jan Fritz, Koichi Hasegawa, Hiroshi Ishida, Grace Khunou, Allison Loconto, Susan McDaniel, Elina Oinas, Laura Oso Casas, Bandana Purkayastha, Rhoda Reddock, Mounir Saidani, Ayse Saktanber, Celi Scalón, Nazanin Shahrokni.

Editores regionais

Mundo árabe: (Tunísia) Mounir Saidani, Fatima Radhouani, Habib Haj Salem; (Argélia) Souraya Mouloudji Garroudjji; (Marrocos) Abdelhadi Al Halhouli, Saida Zine; (Líbano) Sari Hanafi.

Argentina: Alejandra Otamendi, Juan Ignacio Piovani, Martín Di Marco, Pilar Pi Puig, Martín Urtasun.

Bangladesh: Habibur Haque Khondker, Hasan Mahmud, US Rokeya Akhter, Juwel Rana, Toufika Sultana, Asif Bin Ali, Khairun Nahar, Kazi Fadia Esha, Muhaimin Chowdhury, Helal Uddin, Md. Eunus Ali, Mostafizur Rahman, Jhilik Saha, Maria Sardar, Tahmid Ul Islam.

Brasil: Gustavo Taniguti, Angelo Martins Junior, José Guirado Neto, Andreza Galli, Dmitri Cerboncini Fernandes, Gustavo Dias.

Casaquistão: Aigul Zabirova, Bayan Smagambet, Adil Rodionov, Almash Tlespayeva, Kuanyshtel, Almagul Mussina, Aknur Imankul.

França/Espanha: Lola Busuttil.

Índia: Rashmi Jain, Nidhi Bansal, Pragya Sharma, Manish Yadav, Sandeep Meel.

Indonésia: Kamanto Sunarto, Hari Nugroho, Lucia Ratih Kusumadewi, Fina Itriayati, Indera Ratna Irawati Pattinasarany, Benedictus Hari Juliawan, Mohamad Shohibuddin, Dominggus Elcid Li, Antonius Ario Seto Hardjana, Diana Teresa Pakasi, Nurul Aini, Geger Riyanto, Aditya Pradana Setiadi.

Irã: Niayesh Dolati, Abbas Shahrabi, Sayyed Muhamad Mutallebi, Faezeh Khajehzade.

Japão: Satomi Yamamoto.

Polónia: Adam Müller, Jonathan Scovil, Aleksandra Biernacka, Jakub Barszczewski, Aleksandra Wagner, Sara Herczyńska, Monika Helak, Aleksandra Senn, Weronika Peek, Anna Wandzel, Zofia Penza-Gabler, Justyna Kościńska, Iwona Bojadziejewa.

Romênia: Raluca Popescu, Raisa-Gabriela Zamfirescu, Diana Alexandra Dumitrescu, Iulian Gabor, Bianca Mihăilă, Alexandra Mosor, Mioara Paraschiv, Maria Stoicescu.

Rússia: Elena Zdravomyslova, Anastasia Daur, Valentina Isaeva.

Taiwan: Wan-Ju Lee, Bun-Ki Lin, Tao-Yung Lu, Po-Shung Hong, Yu-Min Huang.

Turquia: Gül Çorbacioğlu, Irmak Evren.



O **IV Fórum de Sociologia da ISA** será realizado em julho de 2020 em Porto Alegre, Brasil. Seu Presidente Geoffrey Pleyers, juntamente com Jacob Carlos Lima, Presidente da Sociedade Brasileira de Sociologia, e membros do Comitê Organizador Local, bem como seis jovens estudiosos, nos dão ideias sobre a sociologia brasileira atual.



Devido ao desmantelamento sistemático dos estados europeus de bem-estar, as **políticas sociais nos países europeus** têm sido um tópico importante de pesquisa sociológica e ação política. Nos artigos incluídos neste simpósio, os pesquisadores apresentam seu trabalho sobre as trajetórias e os desafios que os países assistenciais europeus enfrentam atualmente.



A **digitalização** mudará a sociedade fundamentalmente, e já está fazendo isso. Esses artigos examinam seu impacto no trabalho, nos mercados financeiros e na sustentabilidade e abordam como a pesquisa pode contribuir para manter ou criar os direitos dos trabalhadores e condições justas de trabalho na economia da plataforma.



O **Diálogo Global** é possível graças à generosa contribuição da **SAGE Publications**.

> Nesta edição

Editorial 2

> FALANDO DE SOCIOLOGIA

O legado da Revolução Portuguesa:
uma entrevista com Raquel Varela

Por **Christine Schickert, Alemanha** 5

> IV FÓRUM DE SOCIOLOGIA DA ISA EM PORTO ALEGRE

Desafios interligados do século 21

Por **Geoffrey Pleyers, Bélgica** 8

A SBS dá as boas-vindas ao Fórum da ISA

Por **Jacob Carlos Lima, Brasil** 11

Por dentro da sociologia brasileira: uma breve avaliação

Por **Hermílio Santos, André Salata,
e Emil Sobottka, Brasil** 13

Narrativas de uma infância institucionalizada

Por **Veridiana Domingos Cordeiro, Brasil** 15

Assistência social como setor de políticas no Brasil

Por **Gustavo Conde Margarites, Brasil** 17

Luta feminina por moradia urbana em Porto Alegre

Por **Priscila Susin, Brasil** 18

Governança informal da violência em Recife

Por **Ricardo Caldas Cavalcanti, Brasil** 20

Desigualdades profissionais no Brasil

Por **Lucas Pereira Wan Der Maas, Brasil** 22

Trajetórias da classe média do Rio de Janeiro

Por **Izabelle Vieira, Brasil** 24

> POLÍTICA SOCIAL NOS PAÍSES EUROPEUS

Austeridade: prejuízo ao universalismo na área da saúde?

Por **Maria Petmesidou, Grécia, Ana Guillén, Espanha, e
Emmanuele Pavolini, Itália** 26

Auxílio-desemprego em uma nova era de trabalho casual

Por **Daniel Clegg, Reino Unido** 28

Subjetivando políticas sociais, polarizando sociedades

Por **Roland Atzmüller, Áustria** 30

Apoio às políticas familiares no Sul da Europa

Por **Sigita Doblyté e Aroa Tejero, Espanha** 32

Voluntariado na Alemanha: fazendo o bem
ou uma economia paralela?

Por **Silke van Dyk e Tine Haubner, Alemanha** 34

A U.E. manterá seu pilar social?

Por **Beatrice Carella, Itália** 36

> OS DESAFIOS DA DIGITALIZAÇÃO

A quem pertence a inteligência artificial?

Por **Paola Tubaro, França** 38

Um museu de grandes novidades

Por **Lévio Scattolini, Brasil** 40

De que necessita uma digitalização sustentável?

Por **Felix Sühlmann-Faul, Alemanha** 42

A *Fundação Fairwork*: pesquisa-ação sobre a
“economia de bicos”

Por **Srujana Katta, Kelle Howson,
e Mark Graham, Reino Unido** 44

> PERSPECTIVAS TEÓRICAS

Capitalismo, classe e contenção

Por **Donatella della Porta, Itália** 47

> IN MEMORIAM

Homenagem ao principal marxista da África, Samir Amin

Por **Vishwas Satgar, África do Sul** 51

I. Wallerstein: um sociólogo e intelectual imponente

Por **Sari Hanafi, Líbano e Stéphane Dufoix, França** 53

I. Wallerstein: dando uma nova coerência à sociologia

Por **Frank Welz, Áustria e Anand Kumar, Índia** 55

> SEÇÃO ABERTA

A caravana de migrantes como estratégia de mobilidade
na América Central

Por **Veronica Montes, EUA** 56

Buffalo, NY: boas práticas no reassentamento de refugiados

Por **Ayşegül Balta Özgen, EUA** 58

“ Bem-vindo ao IV Fórum ISA no Brasil. Contamos com você
nessa luta por liberdade, democracia e justiça social. Sem
liberdade, não há sociologia possível ”

> O legado da Revolução portuguesa

uma entrevista com Raquel Varela



Raquel Varela. Crédito: Veríssimo Dias.

Raquel Varela é uma historiadora da Universidade Nova de Lisboa, Portugal. Suas pesquisas focam a história do trabalho, o estado de bem-estar social, a história de Portugal e da Europa no século XX, bem como a história dos movimentos sociais. Ela é cofundadora da Rede de Estudos Globais do Trabalho e Presidente da Associação Internacional de Greves e Conflitos Sociais.

Em seu livro *História do Povo na Revolução Portuguesa* (2014), ela narra a história da Revolução dos Cravos de 1974, ocorrida em Portugal, a partir da perspectiva dos “de baixo”. Para tanto, ela explora o papel do movimento anticolonial na África, assim como o dos trabalhadores, mulheres e artistas portugueses ao longo desse processo.

Ela é entrevistada por **Christine Schickert**, diretora administrativa do Grupo de Pesquisa sobre Sociedades Pós-Crescimento (*Research Group on Post-Growth Societies*), da Universidade Friedrich Schiller de Jena, Alemanha, e editora assistente do *Diálogo Global*.

CS: Há 46 anos atrás, em abril de 1974, a ditadura portuguesa terminou com um golpe militar. A razão imediata para o golpe foi a insatisfação dos militares com a guerra que Portugal travava em suas colônias. Você poderia nos contar mais a respeito da situação das colônias portuguesas em África na época da guerra?

Quais foram as razões pelas quais os militares ficaram decepcionados com a liderança política?

RV: Portugal era um país extremamente atrasado na época. Ele foi o último dos antigos impérios e, além disso, um império duradouro que lutou amargamente contra as



revoluções anticoloniais durante treze anos, em uma guerra colonial terrível que mobilizou mais de um milhão de jovens entre 1961 e 1974. Somente em 1974, 150.000 homens foram enviados para a guerra. A derrota da guerra colonial se deveu principalmente ao movimento de libertação, sobretudo na Guiné-Bissau, que foi liderado por um grande marxista esquecido chamado Amílcar Cabral.

O robusto movimento de libertação e os combates prolongados tornaram evidente a alguns oficiais do exército, sobretudo aqueles de patentes médias – portanto, nem generais, nem soldados –, que a guerra não poderia continuar e que era necessária uma solução política para encerrá-la. Assim, eles orquestraram um golpe de estado em 25 de abril de 1974. O comandante do golpe foi Otelo Saraiva de Carvalho. Eles derrotaram o regime e removeram o ditador Marcello Caetano, mas dizendo ao povo para ficar em casa. No entanto, as pessoas não ouviram e invadiram as ruas.

O que torna a revolução nas colônias especialmente interessante é que, pela primeira vez, o que a Terceira Internacional disse que aconteceria realmente aconteceu: a agitação se espalhou das colônias para o centro, chegando até a metrópole. Após 1975, propagou-se mais uma vez pelas colônias. A libertação da ditadura começou com uma guerra sangrenta nas colônias e, em seguida, transformou-se em uma festa nas ruas de Lisboa. Foram 19 meses da revolução mais radical da era do pós-guerra na Europa; aliás, foi a última revolução do pós-guerra, bem mais radical que a de maio de 1968, e foi a última revolução a questionar a propriedade privada.

CS: Primeiro, deixe-me retomar do ponto em que os militares disseram para as pessoas permanecerem em suas casas, e elas não o fizeram. Você poderia nos contar mais sobre isso e sobre a situação das pessoas na época? Por que elas se juntaram ao exército nesta revolução?

RV: Durante 48 anos, Portugal foi uma ditadura e um dos países mais atrasados de toda Europa. Entre 1961 e 1974, uma guerra colonial travada em três frentes mobilizou mais de um milhão de homens. Proporcionalmente, a guerra com as colônias matou mais soldados portugueses do que americanos no Vietnã. Para escaparem da guerra e da pobreza, muitas pessoas emigraram, sobretudo para outros países da Europa. Cerca de 1,5 milhão de pessoas deixaram o país a partir de 1960. Portugal apresentava uma das maiores taxas de mortalidade infantil e as mulheres podiam ter suas correspondências violadas pelos seus maridos.

Portugal era um país de 9,5 milhões de pessoas e, em 1º de maio de 1974, uma semana depois de 25 de abril, dois milhões de pessoas saíram às ruas para comemorar o primeiro de maio, exigindo não apenas mudanças democráticas, como o fim da ditadura, mas também reclamando demandas

sociais revolucionárias como um salário mínimo, folga aos sábados e domingos, pagamento por turno noturno, ou um salário igual entre homens e mulheres. Durante a revolução portuguesa, três milhões de pessoas se organizaram em comissões de trabalhadores, comissões de bairro, comissões municipais ou de estudantes. Essa foi uma revolução que não se restringiu apenas ao setor industrial, que era o mais importante e que liderou o processo; trabalhadores de todos os setores se juntaram, por exemplo, aos do serviço público. Desse modo, os hospitais foram ocupados por médicos, as escolas por professores. A Revolução dos Cravos foi uma revolução tardia do século XX. Portugal já tinha um setor de serviços bastante forte empregando um elevado número de trabalhadores. E essas pessoas fizeram parte da revolução.

CS: Gostaria de abordar um segundo ponto que você mencionou: você disse que a Revolução Portuguesa foi a última a tratar sobre questões de propriedade...

RV: Seiscentas empresas foram ocupadas e se tornaram autogeridas ou foram transformadas em cooperativas de algum tipo, sendo que processos controlados por trabalhadores foram introduzidos em grandes empresas e bancos foram nacionalizados e expropriados sem qualquer compensação ao setor bancário. A burguesia, na verdade, deixou o país após alguns meses, fugindo para o Brasil depois de terem sido expropriadas. Na minha opinião, embora seja uma análise contra factual (na história não dizemos “se” – isso é contra os fatos), isso adiou em dez anos a introdução das políticas neoliberais. A política neoliberal não foi introduzida após a revolução porque o presidente norte-americano na época, Gerald Ford, e seu governo estavam com muito medo de que Portugal pudesse ser o começo de um Mediterrâneo vermelho. Então, o que a revolução portuguesa mostra é que uma crise econômica, como Marx de fato apontou, não é necessariamente um desastre para a classe trabalhadora, mas pode ser usada por ela para transformá-la em uma crise política do Estado e contra as principais classes dominantes.

CS: Falando sobre o povo, você intitulou seu livro de História do Povo na Revolução Portuguesa. Qual foi o estímulo para chama-lo dessa forma? O que você queria dizer?

RV: Obviamente, há uma influência da “história de baixo” e da história social da Grã-Bretanha na década de 1960, e mais diretamente há influência de Howard Zinn, historiador e pensador socialista norte-americano. Existe essa ideia de que precisamos narrar a história da resistência, das pessoas que brigam, das pessoas que lutam. Sendo assim, precisamos incluir na história não apenas o relato de instituições e governos, mas a narrativa dos “de baixo”, a história dos povos, massas anônimas que desempenham um papel, a resistência dos trabalhadores. Essa parcela essencial da história é necessária para uma compreensão



mais abrangente do mundo. Na medida em que as classes trabalhadoras frequentemente não têm noção do que podem fazer, é importante escrever uma história das pessoas, de suas ações, e mostrar esses momentos especiais da história em que as classes trabalhadoras são extremamente fortes e mudam o mundo, como também a si mesmos. Estamos falando de um país que até 1974 havia sido por 48 anos o país mais atrasado da Europa e que, nos próximos 25, se tornou o décimo segundo país com o melhor serviço nacional de saúde do mundo. Isso só é possível com uma imensa força coletiva.

O que também é muito interessante sobre a revolução portuguesa é que, pela primeira vez, a abordagem stalinista foi realmente questionada pela esquerda. O movimento de maio de 1968 já havia questionado a hegemonia dos stalinistas nas grandes fábricas na França, mas na revolução portuguesa o questionamento foi mais profundo. A chamada extrema esquerda, ou a esquerda do Partido Comunista, tinha um enorme poder na liderança das lutas, comissões de trabalhadores, em grandes sindicatos, nos setores industrial e de serviços.

CS: Falemos agora sobre o legado da revolução portuguesa: o desafio/questionamento das relações de propriedade e da reorganização das empresas ainda refletem no cenário político atual ou no âmbito dos movimentos sociais ou dos partidos? Além disso, de alguma forma, isso se liga com a maneira pela qual Portugal lidou com as consequências da crise financeira/ crise da dívida após 2008?

RV: Uma das últimas mudanças nas relações de propriedade que durou até a era pós-troika foi na habitação portuguesa, que tinha seus preços controlados. Uma das exigências do Fundo Monetário Internacional e da Alemanha/UE ao negociarem o Programa de Ajuste Econômico para Portugal durante a crise financeira portuguesa (2010-4) foi a liberalização do mercado imobiliário, que teve efeitos devastadores sobre as classes trabalhadoras (pobres e média). O efeito mais duradouro da revolução foi, portanto, o confronto à extrema direita, que ainda hoje perdura.

CS: Sim, esse é realmente outro ponto que me impressiona: após a crise financeira de 2008, em Portugal, ao contrário de outros países da Europa, nenhum partido de direita forte se desenvolveu. Você poderia explicar como isso está ligado à Revolução dos Cravos?

RV: Isso é certamente uma consequência da revolução. A revolução não foi apenas uma transição para a democracia, mas uma revolução que realizou expurgos no aparato estatal e afastou a liderança do regime de direita do aparato estatal. Houve uma clara ruptura com essa liderança. Não há cultura e *savoir-faire* da extrema direita em Portugal. Isso pode mudar, é claro, mas até o momento, enquanto a geração da revolução ainda está viva, não creio que seja possível termos uma extrema direita forte no país. Obviamente, isso significa que em dez anos não sabemos o que ocorrerá. ■

Contato com Raquel Varela
<raquel_cardeira_varela@yahoo.co.uk>

> Desafios interligados do século 21

Por **Geoffrey Pleyers**, Universidade Católica de Louvain, Bélgica, Presidente do IV Fórum de Sociologia da ISA, Vice-Presidente de Pesquisa da ISA (2018-2022), ex-presidente do Comitê de Pesquisa da ISA sobre Classes e Movimentos Sociais (RC47), e membro dos Comitês de Pesquisa da ISA sobre Sociologia da Religião (RC22), Sociologia da Juventude (RC34) e Movimentos Sociais, Ação Coletiva e Mudança Social (RC48)



Em janeiro de 2001, 20.000 ativistas e intelectuais públicos de todos os continentes se reuniram em Porto Alegre para o primeiro Fórum Social Mundial. Eles estavam unidos pela esperança de que o século XXI fosse mais democrático e que a solidariedade internacional e as lutas globais pudessem moldar a globalização em direção a um mundo mais justo e igualitário.

Quase duas décadas mais tarde, em julho de 2020, 5.000 cientistas sociais de todos os continentes participarão do Fórum ISA de Sociologia, na mesma cidade, para analisar as transformações sociais e compartilhar as suas pesquisas e perspectivas a respeito dos quatro principais desafios do nosso século e como as ciências podem contribuir para lidar com elas. No entanto, tanto o contexto quanto o clima geral serão bem diferentes dessa vez, já que o otimismo do milênio desapareceu e os desafios que enfrentamos para vivermos juntos em um planeta limitado são ainda mais urgentes.

Quatro desafios se tornaram cada vez mais proeminentes ao longo destas duas décadas, particularmente nos últimos cinco anos: democracia, crise ambiental, desigualdades e interseccionalidade.

Na virada do milênio, a expansão e o aprofundamento da democracia eram dados como certos. As revoluções coloridas e a Primavera Árabe de 2011 foram analisadas como a “quarta onda de democratização”. Contudo, embora a década de 2010 tenha começado com um espraiamento sem precedentes de movimentos pela democracia em todos os continentes, ela terminou com a disseminação de líderes iliberais que ameaçam a democracia, o meio ambiente, a tolerância e a igualdade econômica e de gênero. Enquanto isso, as esperanças de uma governança global mais democrática, capaz de lidar com questões globais, como mudança climática, migração e crescentes

desigualdades, desapareceram. Ficou cada vez mais claro que, para enfrentar os desafios globais, a democracia precisa ser reinventada dentro e para além do sistema representativo.

A década também foi moldada por um abismo crescente entre os super-ricos e o restante da população mundial, com taxas crescentes de pobreza nos chamados países “desenvolvidos”, tanto aqueles que experimentaram um de seus períodos mais longos de crescimento econômico (notadamente, os EUA e a Alemanha) quanto aqueles cuja economia e o estado de bem-estar foram devastados por planos de austeridade. Na segunda metade da década, duas questões novamente se tornaram grandes preocupações: o desastre ambiental, a violência de gênero e o racismo. Enquanto as mulheres do Sul Global estão na vanguarda na defesa da democracia e na denúncia das dimensões patriarcais da opressão, mobilizações feministas, como as greves de 8 de março, #NiUnaMenos e a campanha #MeToo, destacaram nas manchetes dos jornais globais o assédio sexual e os feminicídios, tanto na vida cotidiana como dentro das universidades. Enquanto isso, as greves escolares dos adolescentes fizeram com que as mudanças climáticas e os danos ambientais se tornassem grandes preocupações globais. Eles defendem uma visão integral da ecologia profundamente inspirada nos movimentos do Sul Global, requerendo uma mudança sistêmica. O último relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) mostra números assustadores sobre as mudanças climáticas no século XXI, enquanto que uma extinção em massa de espécies está em andamento.

> Desafios interconectados

Os movimentos sociais e as ciências sociais nos ensinaram, nas duas primeiras décadas deste século, quão profundamente interligados esses quatro desafios estão. As crescentes conexões entre democracia, crise ambiental, desigualdades e interseccionalidade obrigam-nos a revisar e a reconceitualizar cada uma dessas categorias, tomando como ponto de partida a interconectividade.

Por exemplo, levar em conta a crise ambiental, as desigualdades e a interseccionalidade nos leva a *repensar a democracia* de uma maneira diferente. Por um lado, a democracia é ameaçada em um número crescente de países por líderes iliberais que desconstruem seus valores fundamentais de direitos humanos, diversidade e respeito igualitário a todos os cidadãos, enquanto apoiam uma destruição acelerada do meio ambiente liderada por empresas transnacionais e fortalecem o patriarcado, o racismo e as desigualdades. Por outro lado, os movimentos progressistas também desafiam a democracia institucional, à medida que exigem mudanças e ações políticas, culturais e sociais profundas em níveis em que nosso sistema democrático centrado no Estado-nação não está preparado, qual seja: a escala global para combater o aquecimento

global e a devastação ambiental, a intimidade e a vida cotidiana para combater uma cultura patriarcal de abuso sexual e feminicídios.

O aumento das desigualdades é uma enorme ameaça à democracia e ao meio ambiente. O nível de desigualdades globais atingiu um ponto em que o “1% da população” e as corporações globais detêm o maior poder político nas escalas nacional e global. Bem distante do ideal democrático de Michael Walzer, de “separação das esferas”, a última década assistiu à ascensão de bilionários à presidência em vários países, enquanto o conluio entre elites políticas e econômicas e o poder dominante dos *lobbies* se tornaram a característica fundamental de muitos regimes políticos contemporâneos.

De mãos dadas com o movimento pela justiça climática, os sociólogos nos mostraram que a mudança climática e a devastação da natureza são fundamentalmente uma questão social e que não podem ser limitadas sem uma profunda mudança na sociedade. As causas estão no atual sistema capitalista global e em sua crescente voracidade pelos recursos naturais. Considerando a Terra nosso lar comum, temos responsabilidades muito diferentes no desastre ambiental. A Oxfam calculou que o impacto médio das pessoas que estão entre o 1% mais rico do mundo é 175 vezes maior que o das 10% mais pobres. A abordagem interseccional e o movimento pela justiça ambiental nos mostram que, embora as mulheres, as minorias e os menos abastados contribuam menos para a devastação do planeta, eles pagam um preço muito mais alto por isso, na medida em que sofrem perdas significativas na expectativa de vida e no aumento dos refugiados climáticos.

Superar as duradouras e interconectadas discriminações econômicas, raciais, coloniais e de gênero, juntamente com a violência que os perpetua, é outro enorme desafio do nosso tempo. Ativistas feministas negras, movimentos indígenas e cientistas sociais lançaram uma nova luz sobre a natureza interconectada de raça, classe e gênero que cria sistemas sobrepostos e interdependentes de discriminação ou desvantagem. A perspectiva interseccional leva à revisão do desafio democrático, das desigualdades e da justiça ambiental. O atual sistema de democracia representativa mostrou seus limites ao lidar com o racismo e a opressão patriarcal. As desigualdades estão profundamente ligadas às discriminações raciais e de gênero, assim como os sofrimentos causados por desastres ambientais e aquecimento global. A crescente consciência acerca da interseccionalidade é simultaneamente um resultado e um gatilho da ascensão de atores e movimentos subalternos. As comunidades indígenas, minorias, feministas e pequenos agricultores resistiram à injustiça, combinando práticas, lutas sociais e visões de mundo alternativas.

Durante muito tempo, o gênero foi considerado uma questão secundária por atores progressistas que se

concentravam na política social e no crescimento econômico. Atualmente, ela está no centro da batalha pela democracia global. Em 2020, mulheres de cor e de origem subalterna são as primeiras vítimas dos regimes iliberais e autoritários. Elas também estão na vanguarda da defesa e reinvenção da democracia no século XXI. Ou seja, elas preparam o caminho para um mundo em que relacionamentos intersubjetivos, compaixão, solidariedade e cuidado (por si mesmas, por outros seres humanos e pela natureza) reformulam nossa experiência e nossa compreensão de viver juntos em um planeta limitado.

Todavia, seria enganoso associar todos os atores oprimidos a uma renovação da ecologia. Enquanto os movimentos feministas e indígenas estão na vanguarda da batalha ecológica, os estudos de Arlie Hochschild entre as vítimas de desastres ambientais na Louisiana mostram como essas vítimas também podem se tornar as bases políticas para uma renovação de posturas reacionárias e racistas que ameaçam diretamente nosso sistema democrático e o meio ambiente. Isso nos lembra a profunda conexão entre a maneira como os desafios ambientais serão enfrentados e o futuro de nossas democracias.

Assim, ligar esses quatro desafios nos diz quão profundamente eles estão enraizados nas relações de poder e em nossa estrutura social, bem como em nossa cultura moderna, nas subjetividades, nas visões de mundo e nas próprias ciências sociais. Tornou-se claro não ser possível lidar com eles enquanto desafios separados, demandas setoriais ou campo de pesquisa isolado. Logo, não há como resolver cada um deles sem enfrentar os outros três de forma concomitante. Juntos, eles indicam as coordenadas

do que os estudiosos latino-americanos têm chamado de “crise civilizacional”.

> Fórum da ISA 2020: uma oportunidade para compartilhar análises

O Fórum da ISA 2020 será uma oportunidade para compartilhar nossas análises sobre esses quatro desafios globais e suas interconexões. É também um convite para discutirmos as questões epistemológicas que esses desafios levantam, nossas relações com os atores que os encaram e as contribuições da sociologia para enfrentá-los. Como nossa disciplina foi transformada por esses desafios e pelos atores que emergiram deles? Como a consideração de atores como produtores de conhecimento nos convida a adotar novas epistemologias? Como as análises sociológicas inovadoras podem contribuir para entender e lidar com nossos desafios comuns na Era Global? Quais são os principais obstáculos que nos deparamos ao enfrentarmos esses problemas? Como os conceitos de democracia, ecologia, desigualdades e interseccionalidade foram revisados com base em experiências, atores e desafios recentes? Como eles se tornaram as principais linhas de frente dos campos de batalha entre os atores reacionários e progressistas do século XXI?

Duas décadas após a virada do século, as ciências duras e as ciências sociais mostram que estamos em uma encruzilhada no que tange à maioria desses desafios. O modo como a humanidade irá enfrentar coletivamente tais desafios na próxima década moldará a vida dos seres humanos pelo resto do século XXI. ■

Contato com Geoffrey Pleyers <Geoffrey.Pleyers@uclouvain.be>

> A SBS dá boas-vindas ao Fórum da ISA

Por **Jacob Carlos Lima**, Universidade Federal de São Carlos, Brasil, Presidente da Sociedade Brasileira de Sociologia e membro Comitê de Pesquisa em Sociologia do Trabalho da ISA (RC30)



Em 2017, a Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) completou seus 70 anos de existência. Fundada em 1937, como Sociedade Paulista de Sociologia, ela só foi efetivamente organizada como Sociedade Brasileira de Sociologia em 1950, ingressando na recém-criada Associação Internacional de Sociologia (ISA).

O período entre 1937 e 2017 não foi contínuo, em razão das características políticas e organizacionais de uma pequena categoria profissional quase exclusivamente ligada à universidade. Após a sua reorganização em 1950, a SBS realizou, em 1954, o primeiro Congresso Brasileiro de Sociologia, sediado na cidade de São Paulo. Com o golpe militar de 1964, a sociologia foi duramente atingida, o que implicou na aposentadoria compulsória de inúmeros professores e pesquisadores universitários. A SBS só foi reorganizada após a redemocratização do país, em 1985. Desde então, existe regularmente, com congressos bienais, sendo que o último foi realizado em 2019, na cidade de Florianópolis, que sediou o décimo nono congresso da associação.

A trajetória irregular da SBS em suas primeiras décadas foi acompanhada pelo estabelecimento dos primeiros cursos de graduação em sociologia e política ou ciências sociais, iniciados em 1933, em São Paulo. Até 1964, dezenove cursos adicionais foram implementados em diferentes regiões do país, além de dois cursos de pós-graduação, também eles em São Paulo.

Durante esse período, a produção sociológica esteve em ascensão, assim como a defesa da sociologia enquanto ciência. Entretanto, a pesquisa ainda estava, naquele período, restrita a São Paulo. A ditadura militar e sua preocupação com a autonomia científica e tecnológica contribuíram inadvertidamente para a expansão da sociologia e das ciências sociais. A estruturação de um sistema de pesquisa e de pós-graduação levou à expansão do ensino de graduação e pós-graduação por todo o país, permitindo, na década de 1970, o surgimento de associações e conferências de ciências sociais, bem como a difusão do conhecimento científico. O sistema de avaliação implementado pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) nos programas de pós-graduação, o estabelecimento de um doutorado como requisito para o ensino nas universidades públicas e o acesso ao financiamento de pesquisas levaram à criação de parâmetros de qualidade.

Após a democratização, essa expansão foi impulsionada pelo aumento das políticas de incentivo que possibilitaram a consolidação da sociologia como disciplina e campo de pesquisa. A internacionalização acompanhou essa expansão, o que deu destaque à sociologia brasileira em todo o mundo. Após 2006, a disciplina tornou-se obrigatória no ensino médio, expandindo o mercado de trabalho para os sociólogos. É importante salientar que esse mercado de trabalho se encontra, principalmente, nos ensinos superiores e médios. Em outros setores, ele é quase invisível, tendo em vista que os sociólogos costumam ser empregados como técnicos sociais e de planejamento em instituições públicas, ONGs e empresas privadas, funções que são compartilhadas com graduados de outras disciplinas de humanidades.

>>



Porto Alegre durante o pôr do sol. Foto de Felipe Valduga / Flickr. Alguns direitos reservados.

No entanto, essas conquistas têm sido ameaçadas desde o golpe parlamentar de 2016. A sociologia tornou-se alvo de governantes que passaram a questionar sua utilidade e relevância, seja em universidades ou em escolas de ensino médio, bem como ameaçar o acesso de seus pesquisadores a fundos de pesquisa e muito mais. Recentemente, a sociologia foi acusada de pregar um “marxismo cultural” obscuro que ameaçaria a família brasileira.

Esses ataques estão crescendo, e têm tido resultados preocupantes. E, claro, a sociologia não é o único alvo do governo. Em 2017, no curso de uma reforma apressada do ensino médio, a sociologia foi rebaixada à disciplina opcional, assim como a filosofia. O governo de extrema direita que assumiu o cargo em 2019 atacou as duas disciplinas, argumentando que a universidade pública deveria priorizar cursos “úteis” ou, em outras palavras, cursos aplicados, como a medicina veterinária; e disse que aqueles que desejassem estudar sociologia e filosofia deveriam frequentar universidades privadas. Os ataques foram além, sendo que agora eles têm sido mais genéricos, afirmando, por exemplo, que a universidade pública, onde estão concentrados os cursos de graduação em ciências sociais e filosofia, bem como os programas de pós-graduação, é uma despesa inútil e o lócus de resistência da oposição política.

A SBS, juntamente com outros profissionais das ciências sociais, como a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), a Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), uniram esforços para resistir a essas políticas de desmantelamento da estrutura pública do país sob a égide dos ajustes fiscais. Desde a década de 1990, essas políticas têm resultado em desastres sociais e políticos na maioria dos países em que elas foram implementadas, como na Argentina, em 2000, ou na Grécia, em 2010, entre outros.

Nesse contexto, a realização do IV Fórum da ISA no Brasil representa um espaço adicional de resistência, não apenas para o conhecimento sociológico, mas também para a luta do conhecimento contra a barbárie. Tal barbárie é acompanhada por um fundamentalismo religioso de imaginação estreita, e de um autoritarismo que tem a cumplicidade de instituições da república que deveriam defender a democracia, mas que aparentemente não têm muita convicção a esse respeito. ■

Sejam todos bem-vindos. Contamos com vocês nesta luta pela liberdade, pela democracia e pela justiça social. Sem liberdade, não há sociologia possível.

Contato com Jacob Carlos Lima <jacobl@uol.com.br>

> Por dentro da sociologia brasileira: uma breve avaliação

Por **Hermílio Santos**, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Brasil, Presidente do Comitê Organizador Local (LOC) do IV Fórum de Sociologia da ISA e Presidente do Comitê de Pesquisa da ISA em Biografia e Sociedade (RC38), **André Salata**, PUCRS, Brasil, Vice-Presidente do LOC do IV Fórum da ISA, e **Emil Sobottka**, PUCRS, Brasil, e coordenador de programa do LOC do IV Fórum da ISA.



A Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul é o local do IV Fórum de Sociologia. Foto de Marcelo Träsel / Flickr. Alguns direitos reservados.

A atual situação da sociologia brasileira é paradoxal: de um lado, um alto nível de institucionalização, produtividade e diversificação; de outro lado, tentativas explícitas, especialmente de funcionários do governo, de deslegitimar a contribuição e a relevância da disciplina para o desenvolvimento da sociedade. Este é o contexto delicado no qual o Brasil sediará, pela primeira vez, um grande evento da Associação Internacional de Sociologia (ISA): o IV Fórum de Sociologia, que ocorrerá entre os dias 14 e 18 de julho de 2020 na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), em Porto Alegre. O compromisso dos brasileiros com a ISA não é novo e vem crescendo constantemente nas

>>

últimas décadas, como ilustra a presidência de Fernando Henrique Cardoso, primeiro e único latino-americano a dirigir a Associação desde a sua fundação, em 1948. Em vista desse complexo pano de fundo, o Fórum ganha relevância ainda maior por envolver os sociólogos locais.

Em seu surgimento, a sociologia brasileira enquadrou a questão da identidade nacional através de diferentes campos de especialização. Questões étnicas e raciais foram particularmente abordadas em consequência da composição diversificada da população local: europeus brancos, negros africanos escravizados e indígenas. Ainda que as questões étnico-raciais e de modernização continuassem sendo discussões sempre presentes entre os sociólogos, a influência dos autores clássicos e o crescente apoio às investigações empíricas ajudaram a diversificar e desenvolver a sociologia nacional nas últimas décadas. Durante o regime militar (1964-1985), enquanto uma jovem geração de professores de sociologia foi forçada ao exílio, inesperadamente, vários programas de pós-graduação em sociologia foram estabelecidos e revistas científicas foram concebidas e tornadas públicas.

O problema das desigualdades sociais tem atraído continuamente a atenção da maioria dos sociólogos brasileiros como questão central. Por exemplo, Gilberto Freyre, um dos fundadores das ciências sociais no Brasil, levantou a questão de como era possível uma ordem social equilibrar-se sobre antagonismos tão marcantes quanto aqueles que vêm caracterizando a sociedade brasileira desde a sua formação. Da mesma forma, Florestan Fernandes, cuja contribuição é inestimável para a sociologia latino-americana, realizou – juntamente com sociólogos como Fernando Henrique Cardoso, seu aluno na época – pesquisas sólidas e de fôlego sobre como formas aparentemente arcaicas de desigualdade e estratificação poderiam sobreviver a processos de modernização. A atenção significativa dada a esses temas era indubitavelmente justificada, uma vez que níveis elevados e persistentes de desigualdade poderiam ser considerados o principal atributo historicamente duradouro da sociedade brasileira.

O período de democratização aberto após 1984 ocasionou uma explosão de movimentos sociais que exigiam direitos à cidadania e à participação política. Democracia e justiça social tornaram-se demandas intimamente conectadas. Esses temas foram particularmente assimilados pelos sociólogos, frequentemente envolvidos enquanto atores participantes em seus respectivos campos de estudo. Portanto, não é de se surpreender que a realidade brasileira exija uma análise sociológica cuidadosa que vá além das narrativas benignas sobre as desigualdades que caracterizaram as leituras dominantes na maior

parte da segunda metade do século XX. Eventos como os protestos de 2013 movidos principalmente contra a política econômica do governo de então, e todas as manifestações políticas subsequentes, indicam que a sociedade brasileira está longe do equilíbrio de antagonismos outrora usado para descrevê-la, desafiando os sociólogos a entenderem essa realidade em constante mudança.

A realidade social brasileira também demanda atenção do ponto de vista multidimensional e interseccional, o que exige ferramentas analíticas cada vez mais sofisticadas. Por exemplo, os negros ainda ganham aproximadamente 40% menos que os brancos no mercado de trabalho nacional, e pesquisas empíricas vêm mostrando que a renda também varia de acordo com o gênero, a região, a classe e assim por diante. Levando em consideração como os diferentes princípios de estratificação interagem, a sociedade brasileira é, sem dúvida, um caso muito interessante para analisar a crescente complexidade das desigualdades na sociedade moderna. A urgência de tais questões também pode estar relacionada ao interesse recente da sociologia brasileira por questões ambientais.

Em uma sociologia global como a que praticamos atualmente, os enormes desafios enfrentados pela sociedade brasileira devem ser investigados como parte de uma realidade mais ampla, no interior de um projeto coletivo mundial. Perguntas semelhantes às descritas acima foram recentemente destacadas em muitos outros países, e em eventos políticos recentes, como o movimento *Occupy Wall Street*, mostrando que a sociedade está atualmente mais atenta para a questão da democratização, da participação cívica e das desigualdades. Não temos dúvidas de que a sociologia brasileira pode dar uma enorme contribuição para esse debate e que nossa realidade fornece uma estrutura muito estimulante para a análise dessas questões a nível empírico.

A presente seleção de seis artigos de jovens pesquisadores de diferentes regiões do país é apenas uma amostra da frutífera produção científica nacional em andamento no campo sociológico. Ainda que não seja uma coleção exaustiva, ela indica a qualidade do trabalho disponível e a variedade de abordagens temáticas, teóricas e metodológicas. Esses e muitos outros cientistas sociais engajados participarão das discussões a serem realizadas durante o Fórum da ISA, organizado a partir de uma parceria entre a Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) e a PUCRS.



Contato com:
Hermilio Santos <hermilio@puhrs.br>
André Salata <andre.salata@puhrs.br>
Emil Sobottka <esobottka@puhrs.br>

> Narrativas de uma infância institucionalizada

Por **Veridiana Domingos Cordeiro**, membro do Comitê de Pesquisa e Biografia da ISA (RC38)



*Instituto Agrícola para Menores, Batatais, São Paulo, Brasil.
Crédito: Veridiana Domingos Cordeiro.*

Durante a ditadura militar (1964-1985), o Brasil não apenas testemunhou perseguição política, detenção, tortura, censura e desaparecimentos, como também práticas coercitivas para controlar crianças marginalizadas e abandonadas. Com essa finalidade, o governo criou a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), que era responsável por todas as políticas públicas relacionadas à infância e juventude. O FUNABEM incorporou os Institutos Disciplinares já existentes e intensificou ainda mais a internação de crianças e adolescentes pobres. Uma infância isolada em uma “instituição total” seguida por uma idade adulta estigmatizada marcaram a vida desses ex-detentos. Depois de décadas, alguns deles se reuniram e teceram uma rede de relacionamentos por intermédio de mídias sociais e encontros anuais para relembrar as suas experiências passadas da vida rural, da coerção institucionalizada, da incerteza acerca do futuro, do trabalho infantil, da socialização masculina e da disciplina.

Nesta pesquisa, nós adotamos um referencial teórico que articula teorias sociológicas da memória para entender a dinâmica das práticas mnemônicas processuais estabelecidas por esses ex-detentos de Institutos Disciplinares para lidar com o tempo e a identidade. Ao longo de quatro anos, coletamos dados de suas interações em vários domínios, a fim de investigar os processos de rememoração tecidos de forma relacional, entrelaçando mentes, relações sociais e artefatos. A coleta de dados variou entre entrevistas em profundidade, etnografia tradicional e a netnografia. Para tanto, realizamos um trabalho hermenêutico sobre esse conjunto de narrativas, seguindo o avanço temporal a fim de interpretar procedimentalmente como eles compreendem suas experiências passadas.

Concluimos que o passar do tempo e as mudanças em suas interações são determinantes para a interpretação que eles fazem ao definirem quem eles eram/são e como eles entendem seu passado. As narrativas amplamente reconhecidas entre eles suavizaram sua interpretação dos

>>



Um ex-recluso que revisita o Instituto para menores. Crédito: Veridiana Domingos Cordeiro.

eventos. As narrativas geralmente ocultam eventos difíceis, e novos significados foram traçados para integrar esses eventos em um enredo abrangente, impulsionado pelas realizações da vida. Juntamente com suas narrativas, três elementos negativos foram interpretados como positivos: o abandono dos pais como ato de altruísmo; a violência institucional enquanto legítima; e o trabalho infantil forçado dentro do Instituto como uma experiência edificante.

Integrar uma comunidade mnemônica cria uma rede de validações no sentido de que algumas interpretações tendem a prevalecer sobre outras. Os sentidos feitos no passado tornam-se mais ou menos convergentes porque entendimentos extremos são prejudicados ao longo do tempo, uma vez que não são validados por outras pessoas da rede. Por mais que as narrativas autobiográficas sejam

baseadas em lembranças pessoais, o esforço de entendê-las através de uma lente comum levou os ex-detentos a ajustarem seus relatos a uma história de vida abrangente, positiva e integrada. Os numerosos sofrimentos nessa história de vida (desapego da família, violência institucional, infância isolada e vida estigmatizada, apenas para mencionar alguns deles) são apresentados como passos em direção a um caminho vitorioso. O Instituto imprimiu neles os valores promovidos pelas instituições da ditadura, especialmente a construção de caráter por meio da disciplina, o que muitas vezes significava seguir regras de maneira acrítica. Dentro dessa comunidade mnemônica, a construção de uma narrativa comum proporcionou uma sensação de pertencimento a um passado que existia, assim como o reconhecimento de outros. ■

Contato com Veridiana Domingos Cordeiro
<veridiana@uchicago.edu>

> Assistência social como setor de políticas no Brasil

Por **Gustavo Conde Margarites**, Instituto Federal do Rio Grande do Sul, Brasil



*Membros da Assembleia Constituinte comemorando a promulgação da Constituição Federal do Brasil em 1988.
Crédito: Agência Brasil / Arquivo.*

importante na nova proposta, de forma a garantir que os cidadãos que se encontravam fora do alcance da seguridade social fossem cobertos por outros tipos de proteção social.

A segunda etapa caracterizou-se pela inserção de um grupo formado por profissionais e especialistas do campo acadêmico e profissional do serviço social. Antes da promulgação da Constituição Federal de 1988, esses profissionais não estavam envolvidos no processo. A integração gradual de atores do campo acadêmico e da profissão do serviço social se explica pela própria transformação teórica que modificou a maneira como indivíduos desses setores viam sua relação com o Estado. Durante muito tempo, a ideia disseminada por uma visão estruturalista do marxismo, de que as ações estatais eram instrumentos de reprodução da sociedade burguesa, foi preponderante. Essa compreensão teórica começou a arrefecer no final dos anos 80, com o fortalecimento da perspectiva gramsciana que via o estado como espaço para a luta contra-hegemônica. Esse redirecionamento modificou a forma como profissionais e pesquisadores da área se relacionavam com políticas públicas e assistência social, antes encarados com cautela. Como consequência dessa transformação do arcabouço teórico, acadêmicos e profissionais do serviço social compuseram o principal grupo de defesa da separação entre assistência social e seguridade social como diferentes setores de políticas.

Os resultados da pesquisa demonstram que a constituição da assistência social como um setor político no Brasil só foi possível devido à combinação de fatores externos à dinâmica das políticas sociais brasileiras, como o fim da ditadura militar e a formulação de uma nova ordem democrática, bem como a ação de grupos relacionados a áreas como segurança social e serviço social. ■

Desde a estruturação do Estado brasileiro moderno, a assistência social tem sido administrada de maneira errática e com pouco envolvimento do Estado. As iniciativas na área foram orientadas pelas ideais da filantropia e da caridade. Além disso, as ações de assistência social foram aplicadas como medidas de seguridade social pelo governo brasileiro, obscurecendo as fronteiras entre esses dois setores. Este artigo, que tem como base minha pesquisa de doutorado, analisa a mudança institucional que permitiu a transformação da assistência social em um setor de políticas orientado pelo conceito de “direitos sociais”. Esse processo pode ser dividido em duas etapas diferentes: primeiro, a formulação da Constituição Federal (1986-1988) e, segundo, a Lei Orgânica da Assistência Social (1991-1993). Em cada um desses momentos, houve diferentes atores coletivos que defendiam mudanças no padrão histórico adotado pelo Estado em relação a essa questão, resultando na formação de um novo setor de políticas.

Na primeira fase, as principais contribuições para a mudança institucional vieram do campo da seguridade social, por meio da participação de um grupo de especialistas formado por burocratas federais interessados em reformular o sistema de proteção social brasileiro. O objetivo deles era criar um novo sistema baseado na noção de proteção social como direito de todos os cidadãos garantido pelo Estado. Sua percepção baseava-se no fato de que a assistência social teria um papel

Contato com Gustavo Conde Margarites
<gustavo.margarites@gmail.com>

> Luta feminina por moradia urbana em Porto Alegre

Por **Priscila Susin**, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil



Priscila Susin, olhando para o telhado de um prédio agachado administrado principalmente por mulheres, no centro da cidade de Porto Alegre, 2019.

O déficit habitacional nas principais cidades brasileiras afeta significativamente a população empobrecida; mulheres negras estão dentre os setores que sofrem maior impacto. O surgimento de movimentos sociais por habitação (movimentos de ocupação) nas áreas urbanas evocou novos repertórios políticos, desde a década de 1980, e expôs um elevado número de propriedades sem função social ao ocupar edifícios abandonados nos centros das cidades. Notavelmente, mulheres são o principal grupo que vive nesses espaços, o que aponta para uma segregação multidimensional que experienciam tanto na vida normativa quanto cotidiana. Minha pesquisa de doutorado visa

construir um diálogo fundamentado temporalmente com essas mulheres, busca compreender suas interpretações e experiências vividas na luta por moradia antes e depois de se envolverem em grupos de mobilização política e de se mudarem para prédios ocupados.

> Abordagem interpretativa e biográfica

A pesquisa de campo foi realizada entre 2015 e 2018 em Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul. O estudo contou com o uso de dados biográficos sincrônicos e diacrônicos, observações participantes e entrevistas biográficas realizadas com mulheres, que moravam em dois prédios

>>



Graffiti dizendo “o centro da cidade pertence ao povo” na parede de um prédio agachado no centro da cidade de Porto Alegre, 2018.
Crédito: Priscila Susin.

ocupados no centro da cidade. O trabalho empírico incluiu, ainda, compromissos quase semanais com a agenda do movimento social, a fim de manter um entendimento contínuo de sua rotina política e cotidiana.

A metodologia aplicada foi epistemologicamente fundamentada na sociologia de Alfred Schütz, especialmente em seu conceito de “sistema de relevância” e um conjunto bem articulado de noções (também baseado em Berger e Luckmann) sobre como é possível ter acesso à tipicidade da construção social mundana da realidade. O método biográfico desenvolvido por Gabriele Rosenthal forneceu instrumentos práticos para reconstruir as experiências biográficas das 23 mulheres entrevistadas em interação com os quadros social e histórico apresentados.

> **Entre campos simbólicos “tradicionais” e “politizados”**

Dentre os principais resultados, foi reconhecido um fator interseccional entre moradia e gênero, que oferece uma perspectiva empiricamente fundamentada como solução para algumas das limitações metodológicas desses estudos. A reconstrução do sistema de relevância dos entrevistados tornou possível capturar elementos de restrição, resistência e enfrentamento, geralmente não disponíveis em categorias analíticas pré-concebidas.

Ao abordar a cultura hierárquica na vida cotidiana, verificou-se que a natureza da organização dos movimentos sociais também pode obliterar as chances de participação política equitativa das mulheres nos processos de “luta”. O desenvolvimento contínuo de novas performances políticas está, no entanto, fundamentalmente ligado aos recentes confrontos e mudanças nos princípios reguladores tradicionais das relações de gênero, como observado durante o trabalho de campo.

A sobreposição interpretativa latente dos campos simbólicos “tradicional” e “politizado” também esteve, repetidamente, presente durante as análises biográficas. Para justificar sua permanência à beira da ilegalidade urbana, as entrevistadas trouxeram à tona conflitos recorrentes entre os papéis esperados de gênero (maternidade e trabalho doméstico) e a incorporação de percepções políticas emergentes (moradia adequada e o acesso à cidade enquanto um direito). Verificou-se que ambos os tipos de recursos de auto apresentação geram um capital moral, embora o primeiro esteja legitimado mais por valores externos de classe social e o segundo às políticas internas de luta, resultando na possível generalização da luta por habitação enquanto um “meio” e como um “fim”. ■

Contato com Priscila Susin <pri.qsusin@gmail.com>

> Governança informal

da violência em Recife

Por **Ricardo Caldas Cavalcanti**, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Brasil, e membro da Associação Latino Americana de Sociologia (ALAS)



20

Recife, Brasil, 2019. Crédito: Ricardo Caldas Cavalcanti.

>>

A questão da governança ou regulamentação (formal e informal) da violência em territórios privados de direitos na América Latina tem sido objeto de pesquisa sociológica há muitos anos. Este estudo, que foi objeto de minha dissertação de mestrado, foi desenvolvido com o objetivo de analisar e entender como a violência é regulada em uma comunidade na parte sul do Recife, Brasil, sem a mediação de instituições estatais. Em termos práticos, a regulamentação não estatal da violência significa a formação de acordos entre atores locais, permitindo que eles produzam entendimentos e resoluções (fora ou contra o estado).

A hipótese central do estudo é que o desempenho das organizações policiais e a falta de legitimidade do sistema de justiça criminal no contexto brasileiro criam uma demanda por formas alternativas de governança da violência. Outras variáveis importantes cuja dinâmica afeta diretamente a regulação da violência local são o funcionamento dos mercados de drogas, cuja fragmentação impede a consolidação de práticas regulatórias monopolizadoras, e a existência de redes informais de atores locais capazes de afetar as estatísticas de homicídios. As estratégias de coleta de dados empregadas nesta pesquisa foram: etnografia (morei cinco meses em uma comunidade de baixa renda em Recife), dezenas de entrevistas semiestruturadas formais e informais e observação não participante.

A constatação central desta pesquisa em andamento me leva a argumentar que o modo de ação da Polícia Militar (PM) na comunidade em questão é o principal mecanismo explicativo da necessidade de procurar formas alternativas de execução de ordens. Na comunidade, a PM atua com pouca responsabilidade, mudando rotinas por meio de ações imprevisíveis que, em regra, envolvem o uso desproporcional da força e uma série de restrições para

os moradores. Quanto ao judiciário, é uma instituição com baixa legitimidade e pouca efetividade na mediação de conflitos.

Possivelmente, o achado mais relevante desta pesquisa é que o padrão de regulação da violência na comunidade é comandado ou autorizado por atores locais com um estoque relativo de legitimidade entre os moradores. Este é um processo em que não existem sistemas prescritivos regulares de ações ou papéis sociais fixos, como por exemplo nos casos da Máfia (Gambetta, 1993) ou no PCC (Primeiro Comando da Capital) (Feltran, 2010). Também não há papel das quadrilhas locais, como nos casos pesquisados por Bourgois (2003) e Venkatesh (2009).

Embora essas ações não promovam uma transformação duradoura, reduzindo o número de episódios violentos, exibem uma funcionalidade aparente, pois alcançariam, mais legitimamente que a ação policial, algum controle sobre a violência. Elas podem funcionar como um mecanismo mais ou menos intencional para mitigação de conflitos, e não como uma estrutura permanente para redução de contenção. O fato de os protagonistas da regulamentação geralmente agirem discretamente faz com que suas ações não sejam claramente visíveis para a maioria dos residentes. Assim, essas iniciativas não se tornam um modelo de ação cuja adesão ganha mais adeptos, impedindo-os de se tornar um meio viável de atender às demandas existentes no campo da regulação da violência. ■

Referências

- Bourgois, P. (2003) *In search of respect: Selling crack in El Barrio*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Feltran, G. (2010) "Crime e castigo na cidade: os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo." *Caderno CRH* 23(58).
- Gambetta, D. (1993) *The Sicilian Mafia. The Business of Private Protection*. Cambridge: Harvard University Press.
- Venkatesh, S. (2009) *Gang leader for a day*. London: Penguin UK.

Contato com Ricardo Caldas Cavalcanti
<ricardocaldas13@gmail.com>

> Desigualdades profissionais no Brasil

Por **Lucas Pereira Wan Der Maas**, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Brasil



22

No Brasil, subir a escada profissional e adquirir altas credenciais não oferece mais uma clara vantagem no mercado de trabalho.

Devido à expansão e democratização do ensino superior no país, o mundo profissional no Brasil mudou. Entre 2000 e 2010, a população com credenciais universitárias mais que dobrou, incluindo mais pessoas com tradicional baixa participação no ensino superior, principalmente mulheres, pessoas que se identificaram como negras ou pardas e pessoas de baixa renda.

Enquanto em países de alta renda a expansão do acesso à universidade iniciou na década de 1960, atingindo mais de 50% da taxa líquida de escolarização, no Brasil o processo inicia-se apenas na década de 1980. Entre 2000 e 2010, a proporção de jovens de 18 a 24 anos elegíveis para o ensino superior aumentou de 28,4% para 48,5%. No entanto,

>>

a proporção de pessoas que efetivamente acessaram o ensino superior variou de apenas 9,1% a 18,7%. A taxa líquida de escolaridade passou de 7,4% para 14%, uma taxa ainda baixa, quando comparada com alguns países da América Latina como, por exemplo, Chile e Argentina, que registraram valores acima de 30% em 2010.

Além disso, a entrada de novos profissionais com formação universitária no mercado de trabalho não atendeu a uma demanda correspondente. Atualmente, existe um cenário de inflação de credenciais, ou seja, uma combinação de requisitos de ensino superior, absorção insuficiente de profissionais no mercado de trabalho, aumento da competição por cargos profissionais e desvalorização econômica das credenciais. A inflação de credenciais se refere não apenas ao desequilíbrio entre oferta e demanda, mas à redução da capacidade da sociedade de produzir vantagens por meio de credenciais, que são desvalorizadas como um mecanismo de distribuição social.

Minha pesquisa de doutorado teve como objetivo compreender como a extensão da base social de grupos profissionais e a desvalorização simultânea de credenciais afetaram os processos de estratificação social baseados no profissionalismo, especialmente em termos de conservação e aquisição de posições vinculadas à classe média. Meu estudo focou as trajetórias de duas profissões da área da saúde - medicina e enfermagem - analisando empiricamente as desigualdades inter e intra-profissionais entre 1991 e 2010.

Dados demográficos, ensino superior e mercado de trabalho de fontes públicas foram utilizados, além dos dados primários coletados por meio de uma pesquisa online para uma amostra de 217 médicos e 222 enfermeiros. As trajetórias foram construídas através de análises de múltiplas correspondências e agrupamentos, com o objetivo de organizar empiricamente o espaço profissional em torno de variáveis que descrevem os diferentes caminhos individuais da família de origem, por meio de treinamento profissional,

até a inserção no trabalho. A análise permitiu interpretar o espaço profissional a partir das posições, divisões e deslocamentos de seus agentes.

Pelo menos quatro resultados devem ser listados: (i) um aumento significativo de diplomas e graduados como resultado do aumento de vagas no ensino superior entre 1991 e 2010; (ii) uma expansão na base social de recrutamento, especialmente entre mulheres, estudantes de baixa renda e aqueles que se identificam como pretos ou pardos; (iii) depreciação de credenciais dentro da classe média em um contexto de crescente concorrência por cargos assalariados nos mercados profissionais; e (iv) aumento da hierarquia horizontal na população de graduação, com desvantagens para mulheres, negros e pardos, jovens e membros das profissões menos prestigiadas.

As trajetórias identificadas (embora não sejam as únicas possíveis) demonstraram a importância da herança familiar e das vias de ensino superior no acesso a posições de destaque no espaço profissional. O período de graduação e a idade dos profissionais também contribuem para a diferenciação inter e intra-profissional. A segmentação de gênero também desempenha um papel, pois a participação das mulheres é maior em trajetórias menos capitalizadas. As diferenças inter e intra-profissionais reproduzem e reforçam as desigualdades no espaço profissional. Tais diferenças também são expressas na percepção de classe dos entrevistados.

Em suma, a abertura ao profissionalismo no Brasil entre 1991 e 2010 redefiniu o espaço profissional, que se tornou menos capitalizado e mais desigual. No entanto, sua estrutura interna não mudou, em termos de divisões inter e intra-profissionais, mantendo o profissionalismo como mecanismo de reprodução de altas posições, embora os movimentos de ascensão social tenham se expandido. ■

Contato com Lucas Pereira Wan Der Maas
<lucaswander@hotmail.com>

> Trajetórias da classe média do Rio de Janeiro

Por **Izabelle Vieira**, PPCIS/UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro), Brasil.

| Ilustração por Arbu.



Na década de 2000, o Brasil viveu um momento econômico favorável, quando a população experimentou um aumento nos níveis de renda e consumo. Em 2014, ocorreu uma grave crise política e econômica no país, sentida principalmente pela perda de empregos e pela desvalorização do dinheiro.

Com o objetivo de compreender os processos de mobilidade social e os efeitos da recente crise na vida da classe média, foi realizado um estudo qualitativo, composto por observação participante e entrevistas individuais em profundidade com 28 moradores de um condomínio no bairro de Pechincha, Rio de Janeiro.

Os participantes da pesquisa se identificam como pertencentes a um estrato intermediário na estrutura social, geralmente chamado de “classe média” ou em termos relacionados.

Os entrevistados reconhecem seu processo de ascensão e queda. Como aponta Igor (42 anos, motorista): “Olha, eu cursei o ensino médio. E eu estive, não vou dizer no topo, mas quase lá, e hoje estou no fundo”. A percepção geral é de que o período do boom foi uma fantasia, porque não tinha uma política sólida, com base econômica e social.

Nos anos de ascensão, refletiu o grupo estudado, a dimensão do consumo foi o motor do processo de diferenciação social. Atualmente, diante da crise econômica, eles precisam reduzir seus padrões de consumo, assim os bens se tornaram uma fronteira simbólica insatisfatória: “Os bens de consumo dão uma visão inadequada de que uma pessoa

creceu na vida” (Arthur, 46, militar da Força Aérea); “Eu acho que a classe média tem muito a ver com publicidade. Isso incentiva a viagem, mas quando você volta da viaja, volta à sua realidade [risos]” (Gilmar, 64 anos, vendedor).

Os entrevistados relatam que em suas famílias há uma grande expectativa por parte dos pais de que seus filhos sejam mais educados do que eles próprios. Esses pais fazem um verdadeiro “sacrifício” para que seus filhos frequentem o ensino fundamental e médio em instituições privadas. A transmissão de valores e comportamentos é um dos principais fatores para rejeitar as escolas públicas: “[...] é uma questão de viver com outras crianças de diferentes educações, certo?! Essa é a maior preocupação” (Ilza, 47 anos, desempregada, segurança).

As pessoas entrevistadas sentem-se profundamente inseguras em manter sua posição social e, nesse sentido, a escola particular é ao mesmo tempo um símbolo e uma ferramenta de pertencimento de classe: “Pode ser que meu filho precise estudar na escola pública, e eu me verei em outra classe social. Será estranho!” (Lara, 42 anos, desempregada, segurança).

Como não possuem riqueza acumulada, a classe média possui apenas conhecimento e habilidades de trabalho. Essas “capitais” precisam ser renovados a cada geração, o que exige esforço e comprometimento. Incapaz de vislumbrar um horizonte de melhoria para si no atual contexto de crise, essa classe média aposta em seus filhos como garantia de seu projeto de ascensão social. ■

Contato com Izabelle Vieira <representar.mg@hotmail.com>

> Austeridade: prejuízo ao universalismo na área da saúde?

Por **Maria Petmesidou**, Universidade Demócrita da Trácia, Grécia, **Ana Guillén**, Universidade de Oviedo, Espanha, **Emmanuele Pavolini**, Universidade de Macerata, Itália

Quaisquer mudanças que ocorram no escopo dos serviços prestados coletivamente e nas condições, que lhes conferem direito, podem alterar significativamente os contornos do universalismo e o padrão subjacente de solidariedade. Itália, Espanha, Portugal e Grécia têm sistemas universais de saúde em vigor desde o final da década de 1970. Porém, os dois últimos países se destacam por um universalismo “incompleto”, pois persistiu até pouco tempo um tipo misto de assistência que sustentava as desigualdades na prestação de serviços. Isso combina um sistema nacional de saúde com cobertura de seguro social de saúde para grupos sociais distintos e altos gastos diretos. A crise financeira afetou pesadamente os quatro sistemas de saúde, mais profundamente e por um período maior na Grécia.

Teria a crise e a austeridade colocado os quatro sistemas de saúde em um caminho de notável transformação no que diz respeito ao escopo e ao conteúdo do universalismo? Uma resposta rápida é que, inequivocadamente, até agora, as evidências não apontam nessa direção. Na última década, uma série de políticas semelhantes foram implementadas nos quatro países, como aumento do compartilhamento de custos (principalmente para produtos farmacêuticos), mudanças no leque de provisões e redução de recursos materiais e humanos. No entanto, a medida em que essas medidas mudaram o custo do atendimento aos pacientes e aumentaram a desigualdade no acesso aos serviços variam, consideravelmente, entre os quatro países. Além disso, na Grécia e em Portugal, que enfrentaram as mais graves crises da dívida soberana (e passou por programas de resgates), uma confluência de pressões externas e internas catalisou mudanças significativas, destinadas ao combate da fragmentação do sistema, melhoria na transparência e promoção da equalização de provisões, embora por meio de um pacote mais enxuto de serviços públicos.

> Declínio da despesa pública e necessidade não atendida

No auge da crise (2008-2013), os gastos com saúde pública per capita (medidos através do poder de compra por razões de comparabilidade e a preços constantes de 2010) despencaram drasticamente (cerca de 30%) na Grécia. Diminuiu 12% em Portugal, 8% na Itália e 3% na Espanha. Posteriormente, quase estagnou na Grécia e na Itália, mas retomou uma tendência ascendente moderada na Espanha e Portugal. No entanto, nos quatro países, a diferença em relação à média da UE15 (ou seja, dos 15 países membros antes da ampliação oriental da UE) aumentou. Em 2017, os gastos per capita em saúde pública na Grécia caíram para um terço da média da UE15 e metade da média portuguesa. Ficou mais próximo da média na Espanha e na Itália. Por outro lado, particularmente, desde 2013, os gastos privados aumentaram, recentemente, nos quatro países, cobrindo cerca de 40% (na Grécia) e 24% (na Espanha) do total de gastos com saúde.

A Grécia apresenta, de longe, as maiores taxas de necessidades não atendidas pela assistência médica, devido principalmente aos custos de saúde inacessíveis. Nesse país, mesmo as famílias de renda média, particularmente aquelas com crianças e idosos, enfrentam barreiras financeiras aos cuidados de saúde. Portanto, o risco de pagamentos privados serem “catastróficos” para o orçamento das famílias permanece alto. Na Espanha e na Itália, o aumento do tempo de espera para tratamento especializado e atendimento hospitalar durante a crise constitui a principal barreira que afeta a satisfação das pessoas com os diferentes níveis de assistência médica. No entanto, a prevalência de necessidades não atendidas permaneceu mais baixa na Espanha. Contudo, nesses dois países, existem disparidades regionais consideráveis na distribuição de recursos de saúde. Isso é evidente na Itália, com as regiões do sul carecendo de recursos suficientes em comparação com as regiões norte/central.

“Na Grécia, mesmo os domicílios de renda média, principalmente aqueles com crianças e idosos, enfrentam barreiras financeiras à saúde”

Na Grécia (e em certa medida, também, em Portugal), as reformas que abrangem limites e um maior monitoramento nas atividades médicas (como limites no número de encaminhamentos para exames diagnósticos/laboratoriais, limites máximos da quantidade mensal de medicamentos prescritos, etc.), o sistema é mais transparente e contribui para a contenção de custos. Mas, ao mesmo tempo, afeta a permeabilidade e a navegação do sistema. Isso é agravado pelas vias de atendimento, ainda, (mais ou menos) fragmentadas entre os cuidados hospitalares primários e especializados nesses dois países. Além disso, nos quatro países, a prevalência comparativamente alta de internações evitáveis por algumas doenças crônicas (como diabetes, hipertensão, asma e outras) reflete ineficiências na interface de prevenção e atenção primária, com implicações adversas para a equidade..

> Pontos de preocupação

Alguns dos principais pontos de preocupação são os seguintes. Primeiro, a adesão de políticas de saúde aos recursos espremidos do setor público chegou para ficar. Isso se reflete no aumento constante dos gastos privados em saúde per capita e no aumento bastante lento (ou estagnação) dos gastos públicos. Segundo, a elegibilidade da cobertura permanece abrangente em princípio, mas, na prática, o acesso é um desafio para vários grupos vulneráveis (devido a combinações variadas de razões - como custo inacessível, longos tempos de espera, distância etc. - em cada país). Terceiro, o seguro de saúde privado (ocupacional ou voluntário) está em expansão: entre 2005 e 2015, quase dobrou em Espanha e aumentou, notavelmente, em Portugal. Também está aumentando na Itália, enquanto na Grécia a crise paralisou uma tendência ascendente incipiente. Mas, neste último país, os pagamentos diretos são constantemente altos. Até o momento, o seguro de

saúde privado é procurado, principalmente, para acesso mais rápido ao atendimento especializado e cobre, sobretudo, funcionários de algumas grandes empresas.

A forma como essa tendência se desenvolverá no futuro e a probabilidade de comprometer a cobertura universal depende muito de vários fatores, como políticas de redesenho entre o público-privado, preferências dos trabalhadores, políticas tributárias etc. Se o seguro de saúde ocupacional se tornar abrangente (isto é, abranger a maioria da população trabalhadora e ser rigorosamente regulamentada, como acontece, por exemplo, em alguns países do norte da Europa), ela poderá manter a igualdade no acesso. Poderá gerar alguma pressão sobre as finanças públicas, mas ao mesmo tempo manterá a cobertura universal. No entanto, se o seguro ocupacional cobrir apenas alguns grupos (privilegiados) da população trabalhadora, poderá potencialmente transformar a solidariedade em um tipo ocupacional-mutualista, o que pode acabar com o universalismo.

Finalmente, no futuro próximo, o sistema público será ainda mais desafiado por uma série de graves dificuldades financeiras, que acompanham os rápidos avanços tecnológicos no setor da saúde, e a crescente necessidade de serviços preventivos “a montante” (em virtude dos quais todos os quatro países apresentam desempenho inferior) e serviços de assistência social “a jusante” (mas principalmente a longo prazo) devido ao envelhecimento da população. Estes podem atuar como gatilhos adicionais para reorganizar a interface público-privada, mudando a dinâmica da solidariedade social em saúde. ■

Contato com:
 Maria Petmesidou <marpetm@otenet.gr>
 Ana Guillén <aguillen@uniovi.es>
 Emmanuele Pavolini <emmanuele.pavolini@unimc.it>

> Auxílio-desemprego em uma nova era de trabalho casual

Por **Daniel Clegg**, Universidade de Edimburgo, Reino Unido



Os contratos de zero horas têm sido um tópico constante de protestos trabalhistas no Reino Unido. Foto de Christopher Thomond.

A provisão de renda de reposição para adultos fisicamente capazes de trabalhar sempre esteve entre as questões mais controversas da política social. Com o objetivo de proteger contra a perda de renda devido à exclusão involuntária do trabalho remunerado, o auxílio-desemprego tem sido criticado por alguns como subsídio à retirada voluntária do mesmo. Tais críticas se tornaram particularmente audíveis no discurso da mídia e no debate político nas últimas décadas. Políticas que restringiram a chamada condicionalidade de benefícios - aumentando os requisitos impostos aos candidatos a emprego para provar seus esforços para voltar ao trabalho, respaldadas por sanções na forma de reduções ou suspensões de benefícios por não conformidade - talvez tenham sido a característica mais importante das reformas dos subsídios de desemprego nos países europeus durante o último quarto de século. Tais medidas têm procurado responder à crescente preocupação pública sobre o abuso de provisões para subsídios de desemprego, enquanto, paradoxalmente, reforçam uma percepção geral de que esse abuso é generalizado.

> Fragmentação do trabalho e incerteza do emprego

No entanto, essa preocupação de longa data com o abuso do auxílio-desemprego e o discurso relacionado às responsabilidades dos candidatos a emprego eliminam o principal desafio que a política de benefícios de desemprego enfrenta no início do século XXI. Os benefícios de desemprego foram concebidos em mercados de trabalho onde o trabalho dependente estava sendo cada vez mais reorganizado para proporcionar, aos trabalhadores (homens), mais horas e mais emprego contínuo. A “descasualização” da força de trabalho estava ocorrendo como resultado do crescimento da manufatura, mas também estava sendo ativamente perseguida como um objetivo das políticas públicas e da negociação coletiva. Hoje, por outro lado, as economias das democracias ricas, dominadas por serviços, estão vendo uma explosão de vários tipos de relações de trabalho fora do padrão e, especialmente, o retorno de um trabalho de curta duração e descontínuo (por exemplo, de plantão), às vezes disfarçado

>>

de auto-emprego. As novas tecnologias facilitaram ainda mais a fragmentação das tarefas de trabalho, acelerando a chegada de uma “economia temporária”. Os governos relutam, na melhor das hipóteses, em contrariar essas tendências, e frequentemente as promovem ativamente como uma rota para o crescimento: a competitividade e o aumento do emprego. Os sindicatos enfraquecidos se mostraram relativamente impotentes para resistir. Estamos entrando em uma nova era de trabalho casual.

Para muitos, hoje, e, particularmente, para aqueles com baixa qualificação, o desemprego é, portanto, um tipo de “risco social” muito diferente daquele que o auxílio desemprego foi estabelecido para compensar. Já não é um período ocasional de ausência de trabalho entre compromissos estáveis e de longo prazo, o desemprego tornou-se cada vez mais uma característica recorrente da vida laboral caracterizada por uma sucessão de períodos mais ou menos a curto prazo, irregulares e inseguros no trabalho. A fronteira entre desemprego e emprego tornou-se claramente incerta. Um trabalhador empregado na primeira e na última semana de um mês, mas sem trabalho entre os períodos, deve ser considerado empregado ou desempregado nesse mês? O status econômico de um trabalhador que ocupava dois empregos de meio período simultaneamente, mas perdeu um, é definido pelo emprego que ainda possui ou pela perda do outro?

> Benefícios no trabalho: tornar o trabalho compensador?

A tendência política, que é verdadeiramente sintomática dos complexos desafios enfrentados pela política de auxílio desemprego, nesse novo contexto do mercado de trabalho, não é uma mudança para uma condicionalidade mais rígida, mas sim o desenvolvimento mais adequado e desigual dos benefícios de seguridade social no trabalho. Introduzidos e ampliados em vários estados de bem-estar social da Europa, nos últimos anos, seja como novos direitos autônomos ou por meio de modificações nos critérios de elegibilidade para benefícios de seguro-desemprego ou assistência, os benefícios no trabalho enganam com a crença de que a principal razão para a ausência de trabalho seja a falta de esforço, motivação ou responsabilidade. Os benefícios trabalhistas existem simplesmente porque, nos mercados de trabalho europeus contemporâneos, as oportunidades de reemprego disponíveis para muitos candidatos a emprego oferecem recompensas mais baixas e menos segurança do que os benefícios fora do trabalho, apesar do valor modesto deste último.

No entanto, suplementar a renda obtida através do sistema de benefícios sociais é uma abordagem política repleta de dificuldades próprias. Para oferecer incentivos significativos aos desempregados para voltar ao trabalho, os benefícios trabalhistas precisam fornecer aos trabalhadores, não apenas um complemento à sua renda, mas, também, a

garantia de que, caso o novo emprego seja rapidamente perdido, eles não se encontrarão em pior situação do que se não tivessem aceitado o trabalho em primeiro lugar. Isso abre as portas para uma situação em que períodos de trabalho e não-trabalho podem ser alternados quase indefinidamente, potencialmente institucionalizando relações de trabalho intermitentes e de curto prazo por meio de um subsídio implícito permanente do sistema de benefícios. As propostas para uma renda básica universal compartilham exatamente essa falha. Onde os benefícios no trabalho são direcionados à rendas mais baixas para limitar seu custo, eles tendem a produzir taxas de imposto efetivamente altas para trabalhadores, que buscam aumentar suas horas ou ganhos, prendendo fortemente os trabalhadores em empregos mal remunerados.

> Flexigurança ou geração de estabilidade?

Diante desses desafios reais de política, alguns governos na Europa anunciaram recentemente - como na reforma de 2019 do seguro-desemprego na França - restrições significativas aos benefícios trabalhistas, novamente colocando sua fé, principalmente, na condicionalidade de levar os desempregados a um emprego estável. Onde os benefícios trabalhistas são mantidos, a “condicionalidade no trabalho” também foi introduzida na tentativa de usar controles comportamentais mais rígidos nos requerentes de benefícios no trabalho para promover a progressão no emprego, como no novo sistema de crédito universal no Reino Unido. Nos dois casos, isso parece colocar a responsabilidade pelas realidades dos mercados de trabalho contemporâneos de baixo custo sobre os ombros daqueles cujas oportunidades econômicas são mais diretamente limitadas por eles.

O ponto crucial da questão é que é simplesmente difícil adaptar os sistemas de transferência de renda no coração dos modernos países assistenciais da Europa, com sua lógica correspondente de compensação de riscos, a um contexto do mercado de trabalho em que o trabalho se tornou previsivelmente inseguro por tanto tempo. A “flexigurança” - o recém-ideal da política ideal de combinar flexibilidade do mercado de trabalho e previdência social - é um excelente exemplo, mas oferece poucas orientações práticas sobre como um sistema de manutenção de renda pode proteger os empregados casualmente sem gerar custos crescentes, consequências não intencionais ou ambos ao mesmo tempo. A proteção ao desemprego continuará fazendo sentido apenas se os mercados de trabalho europeus puderem novamente gerar um nível básico de estabilidade na vida profissional. Isso requer uma melhor regulamentação do emprego, não controles mais rigorosos sobre o comportamento dos trabalhadores vulneráveis. ■

Contato com Daniel Clegg <Daniel.Clegg@ed.ac.uk>

> Subjetivando políticas sociais, polarizando sociedades

Por **Roland Atzmüller**, Universidade Johannes Kepler, Áustria

A evolução dos regimes de bem-estar social, não apenas, mas particularmente, na Europa, foi dominada por uma mudança das chamadas atividades de bem-estar passivas, vinculadas aos modelos de crescimento liderados por salários (fordismo), para os chamados estados de austeridade e para a dominância de atividades de política social orientadas pela oferta. Isso foi implementado por projetos de reforma neoliberal nacionalmente variados desde as décadas de 1980 e 1990 e radicalizado após 2008. Essas reformas exigem maior responsabilidade dos indivíduos e de suas famílias em relação à proteção social contra os riscos dos mercados capitalistas. A privatização da proteção social (pensões, saúde) em muitos países é paradigmática desse desenvolvimento e leva a um aumento da insegurança e da desigualdade.

No entanto, a autorresponsabilidade dos indivíduos está intimamente ligada a atividades destinadas a adaptar permanentemente as subjetividades (atitudes no trabalho, habilidades e competências) às mudanças na dinâmica do mercado e na crise social. As políticas sociais individualizadas e subjetivas são voltadas principalmente para garantir, multiplicar e flexibilizar as opções de troca entre força de trabalho e capital por meio da mobilização de todos os adultos saudáveis. Isso inclui atividades como a expansão da assistência à infância, bem como a melhoria (permanente) da empregabilidade dos indivíduos na economia formal. Dada a sua articulação com a austeridade, a mudança para políticas sociais orientadas para o capital humano ocorreu às custas de demandas mais amplas de proteção e assistência social, destinadas a garantir a coesão social e a integração de grupos sociais vulneráveis. Isso levou ao aumento dos níveis de pobreza e exclusão social em muitos países, à medida que grupos como idosos, pessoas com deficiência e pessoas com doenças crônicas estavam se tornando cada vez mais entendidos como fatores improdutivos de custo.

Essas mudanças levaram à crescente importância dos chamados serviços de assistência social, cuja principal tarefa é o processamento de pessoas através da mescla contenciosa e contraditória de trabalho social e pedagogia

social com políticas ativas do mercado de trabalho, educação e formação profissional (VET), etc. As atividades dos serviços de bem-estar social são cada vez mais contratadas através de organizações do setor voluntário ou mesmo transferidas para o setor privado e controladas com firmeza por meio de novos regimes de financiamento (remuneração relacionada ao produto, remuneração relacionada ao desempenho, contratos de curto prazo, etc.). Esses desenvolvimentos não apenas sujeitam os beneficiários de serviços de assistência social a atividades cada vez mais específicas e difíceis de resistir, que prometem desenvolver suas habilidades para administrarem a si mesmos de acordo com as demandas do mercado. Eles também criam novas tensões e demandas para os funcionários nos serviços de assistência social, pois precisam equilibrar a escassez de fundos relacionada à austeridade, demandas profissionais sobre a qualidade de seu trabalho e as expectativas e a resistência dos clientes.

Isso levanta novos desafios para a pesquisa crítica, pois a individualização e a subjetivação dos regimes de bem-estar social e das políticas sociais transcendem o foco na descomodificação nos regimes de bem-estar social. Essas análises focalizaram as diferentes maneiras pelas quais os regimes de bem-estar social protegiam os trabalhadores, pelo menos parcialmente, dos efeitos socialmente negativos da acumulação e dos mercados de trabalho capitalistas (*decommodification*) e estabilizavam as formas tradicionais da família com base nos chefes de família masculinos, ou permitiam às mulheres adquirir direitos sociais por conta própria e participar de empregos remunerados. Bem cientes das ambiguidades das políticas sociais nas sociedades capitalistas de mercado, essas análises também poderiam mostrar como os chamados estados assistenciais keynesianos apoiavam os modelos emergentes de crescimento e consumo econômico no Norte Global de 1945 a 2008. Nessa perspectiva, as reformas do bem-estar social neoliberais podem ser descritas como estratégias para recomodificar a força de trabalho, por meio da flexibilização e liberalização dos mercados de trabalho e regimes de bem-estar, e para comercializar a proteção social.

Embora a mudança para a austeridade e para as políticas

>>

“Dada a sua articulação com austeridade, a mudança para políticas sociais orientadas para o capital humano ocorreu às custas de demandas mais amplas por proteção e assistência social”

sociais orientadas para o lado da oferta mostrem até que ponto estas se sujeitaram à dinâmica econômica, mais de três décadas de tentativas neoliberais de reduzir os regimes de bem-estar e cortar gastos sociais não conseguiram realmente reduzir os níveis gerais de gastos em muitos países. Isso, no entanto, não nos diz nada sobre se os direitos individuais a transferências e serviços sociais são suficientes. Em vez disso, estão ocorrendo vastas reorganizações e reconfigurações de regimes de políticas sociais que visam alterar os direitos e deveres, bem como as atitudes e atividades esperadas dos indivíduos e de suas famílias com relação ao emprego remunerado, à criação de filhos, à educação e formação profissional (VET), aos estilos de vida produtivos e saudáveis, às normas culturais, etc. Pelo menos da perspectiva europeia, a individualização e subjetivação delineadas das atividades de política social provocaram - embora certamente nacionalmente variadas - polarizações fragmentadas dentro e também entre os regimes de bem-estar social que emergiram dos desequilíbrios econômicos internacionais e da crise de acumulação financeirizada, bem como estratégias dominadas pela austeridade para lidar com as subseqüentes crises da dívida soberana.

A polarização fragmentada dentro dos regimes e entre os regimes de bem-estar social oscila entre as políticas de ativação orientadas para a jornada de trabalho e para aqueles que estão no extremo inferior dos mercados de trabalho, por um lado, e as chamadas estratégias de investimento social, por outro. O auxílio ao trabalho se concentra em atividades para integrar os desempregados e os pobres que são capazes de trabalhar, bem como outras pessoas economicamente inativas que não têm motivos legítimos (por exemplo, maternidade) para não participação no mercado de trabalho a qualquer custo. Por outro lado, a crescente importância das chamadas estratégias de investimento social visa legitimar novamente

o papel das políticas públicas por meio da aplicação das chamadas despesas e atividades produtivas que melhoram a dinâmica e a competitividade da economia. As atividades de investimento social concentram-se na adaptação e recomposição permanente das habilidades e competências - ou seja, no capital humano - dos indivíduos, bem como na expansão das instalações de acolhimento de crianças. Este último, porém, é menos voltado para mudar a divisão de gênero do trabalho no lar do que para mobilizar as mulheres para o mercado de trabalho.

Assim, em vez de mudar as estruturas econômicas para enfrentar os efeitos destrutivos e propensos a crises da acumulação e da comercialização, essas políticas se concentram em sujeitar e adaptar as pessoas às demandas da concorrência globalizada e a mercados cada vez mais flexíveis e precários. Esses desenvolvimentos constituem uma forma de gerenciamento de crises subjetiva que exige dos indivíduos a disposição e capacidade de adaptar e melhorar suas habilidades e competências, bem como outras características subjetivas consideradas necessárias para mercados flexíveis e globalizados. Assim, a necessidade de enfrentar os efeitos destrutivos da crise da economia financeirizada e das mudanças estruturais é transferida para os indivíduos e reduz suas possibilidades de desenvolver suas capacidades. Além disso, como um tipo de política social pós-polanyiana, esses desenvolvimentos transferem a tarefa de incorporar socialmente a economia e de combater seus impactos na sociedade sobre os indivíduos. Isso está comprometendo a coesão e a integração social, representando, portanto, uma ameaça não apenas às sociedades nacionais, mas também à União Europeia como um todo. ■

Contato com Roland Atzmüller <roland.atzmueller@jku.at>

> Apoio às políticas familiares no Sul da Europa

Por **Sigita Doblytė**, membro do Comitê de Pesquisa da ISA sobre Pobreza, Bem-Estar Social e Política Social (RC19) e **Aroa Tejero**, Universidade de Oviedo, Espanha



A influência dos valores culturais no apoio público a melhores políticas familiares difere entre os estados assistenciais do sul da Europa.

Um dos desafios que os indivíduos e os Estados de bem-estar social enfrentam hoje é a necessidade de trajetórias de vida e trabalho mais equilibradas. Enquanto os Estados de bem-estar social tentam incentivar a participação do trabalho das mulheres como uma estratégia de proteção contra a pobreza, as famílias encontram dificuldades em combinar as responsabilidades do cuidado e o emprego. A provisão de assistência à infância pode ser externalizada para o mercado - embora criando um ônus financeiro para os pais - ou para serviços de assistência à infância financiados e/ou fornecidos pelo Estado para que possam ser considerados mais equitativos e alinhados à lógica do investimento social.

> Valores culturais e provisão do cuidado

No entanto, os Estados de bem-estar social assistenciais na Europa diferem na extensão dessas políticas de reconciliação entre trabalho e família. As sociedades do sul da Europa,

em particular, são frequentemente caracterizadas pela predominância de valores culturais conservadores e pelo papel central desempenhado pelas famílias na prestação do cuidado. Esses países gastam substancialmente menos em benefícios familiares do que os países da Europa Nórdica ou Continental e parecem atribuir menor prioridade às políticas familiares do que a outros campos de proteção social. Quando medido como uma porcentagem do total de gastos em benefícios, o gasto público em benefícios familiares em todos esses países é inferior à média da UE, com proporções na Grécia, Portugal e Espanha entre as cinco mais baixas da Europa em 2016. A Pesquisa Social Europeia do mesmo ano, no entanto, mostra que os Estados de bem-estar do Mediterrâneo cobertos pela pesquisa - Itália, Portugal e Espanha - estão entre os que mais apoiam a extensão das políticas de reconciliação trabalho-família, mesmo que isso signifique impostos mais altos para todos, ou seja, mesmo quando lembramos às pessoas que serviços públicos adicionais implicam financiamento adicional.

>>

Diversos estudos empíricos descobriram que as atitudes públicas em relação às políticas sociais são frequentemente moldadas pelas necessidades ou interesses próprios dos grupos sociais. Por exemplo, famílias com filhos pequenos ou faixas etárias de parentalidade em potencial podem mostrar mais apoio a melhores serviços para as famílias. Alguns estudos também enfatizam, no entanto, a importância dos valores culturais como motivadores de atitudes em relação ao Estado de bem-estar social e suas políticas. Em seu artigo “Políticas estaduais de bem-estar social e o desenvolvimento de acordos de assistência” (2005), a Dra. Birgit Pfau-Effinger, professora de sociologia da Universidade de Hamburgo, argumenta que ideias culturais relacionadas ao cuidado, às responsabilidades do Estado, da família, e do mercado estão incorporadas nos discursos públicos e moldam os acordos e as políticas sociais de um país.

> Divergências nos países do Sul da Europa

Nossa pesquisa, portanto, busca levantar com precisão essas questões sobre a influência das necessidades e dos valores culturais na formação da disposição do público de pagar impostos mais altos por melhores serviços às famílias nas sociedades do sul da Europa, onde a prestação de cuidados era tradicionalmente prestada pela família, mas com o aumento da participação de mulheres no mercado de trabalho pode exigir a participação de outros atores. Usando dados da Pesquisa Social Europeia, destacamos que existem necessidades de atendimento não atendidas no sul da Europa, evidenciadas por altos níveis de apoio a melhores serviços para as famílias. No entanto, as descobertas mostram padrões divergentes de como os interesses próprios e os valores culturais influenciam essas atitudes nos diferentes países. Embora os Estados assistenciais do sul da Europa sejam frequentemente considerados similares em termos do papel dos valores tradicionais de gênero e de família, as descobertas de nosso estudo contribuem para a evidência de que existem diferenças importantes entre eles. Acreditamos que há mais espaço para a extensão de serviços para famílias em alguns desses países do que em outros.

Em Portugal, níveis excepcionalmente altos e normalizados de participação no mercado de trabalho de mulheres, em geral, e de mães, em particular, resultam em altos e consistentes níveis de solidariedade no apoio ao bem-estar entre mulheres e homens de diferentes classes sociais e formações. Isso é acompanhado pela ausência de efeitos significativos de diferentes valores culturais e por uma solidariedade ainda maior entre as gerações mais velhas. Tudo isso parece indicar espaço para políticas estatais mais generosas para as famílias no país.

Na Itália, no entanto, o apoio a melhores serviços para as famílias difere mais entre os grupos sociais. As classes sociais economicamente menos privilegiadas e mais

baixas são significativamente menos favoráveis às políticas familiares, que podem ser formuladas pela carga tributária relativamente alta na Itália. Também é encontrado um claro impacto dos valores culturais, embora sua direção não seja inteiramente como o esperado: tanto os indivíduos que dão maior prioridade à tradição e conformidade quanto aqueles que adotam valores como justiça social, igualdade ou bem-estar para todos mostram menos apoio à extensão de políticas de reconciliação trabalho-família.

Esse efeito inesperado dos valores alinhados *a priori* à lógica do Estado de bem-estar social pode estar relacionado à maior carga tributária na Itália, onde extensões adicionais podem ser vistas como uma ameaça à renda familiar e, portanto, contra os valores mencionados. Em outras palavras, a família ainda pode ser vista como a instituição de assistência mais adequada na Itália, e adotar justiça social ou igualdade pode resultar em apoio às políticas de proteção à renda familiar, em vez de serviços públicos de assistência à infância. De fato, o *European Values Study* de 2017 sugere esse domínio dos valores familiares tradicionais na Itália: 52% concorda ou concorda fortemente que os filhos sofrem se sua mãe trabalha, em comparação com 26% na Espanha.

Como já sugerido acima, a Espanha parece ter se afastado mais claramente da cultura tradicional de gênero e família do que a Itália: indivíduos que adotam valores de justiça social, igualdade e bem-estar estão mais dispostos a pagar impostos mais altos por melhores serviços para as famílias, mas tradição e conformidade não afetam significativamente o suporte social. Além disso, o maior apoio dos pais com filhos pequenos e a menor proporção de crianças menores de três anos em assistência formal à criança sinalizam necessidades não atendidas em famílias com filhos dependentes, enquanto indivíduos com dificuldades econômicas ou que moram em grandes cidades tendem a mostrar níveis mais baixos de solidariedade.

Para concluir, enquanto os resultados em Portugal sugerem que as famílias podem estar se tornando relativamente fortes e que suas demandas por melhores serviços podem ser bem-sucedidas, esse não é necessariamente o caso da Espanha e, principalmente, da Itália. Outras instituições sociais, como os empregadores, podem começar a desempenhar um papel mais importante na prestação de cuidados infantis ou em arranjos de trabalho flexíveis, que ainda são limitados, embora cada vez mais importantes no sul da Europa. No entanto, as desigualdades no acesso a esses benefícios ameaçam os princípios do investimento social. ■

Contato com:
Sigita Doblytė <doblytesigita@uniovi.es>
Aroa Tejero <tejeroaroa@uniovi.es>

> Voluntariado na Alemanha

fazendo o bem ou uma economia paralela?

Por **Silke van Dyk** and **Tine Haubner**, Universidade Friedrich-Schiller de Jena, Alemanha



Os serviços sociais necessários são muitas vezes delegados a voluntários. Crédito: Matthias Zomer / pexels.com.

Atualmente, estamos enfrentando uma crise da assistência e da reprodução social causada pelo desmantelamento dos Estados de bem-estar social, pelas novas necessidades devido a mudanças demográficas e pelas mudanças nas relações de gênero e família. Nos momentos em que cada vez menos mulheres estão disponíveis em tempo integral como recurso para políticas sociais, o potencial de cuidar do trabalho não remunerado - também e, principalmente, além da família - está se tornando cada vez mais importante e vem recebendo crescente apoio do Estado. Cada vez mais, os cidadãos são chamados a se comprometerem com o bem comum. O engajamento cívico e o trabalho voluntário são vistos como novos recursos (re)produtivos e os voluntários são aclamados como heróis da vida cotidiana.

Neste contexto, estamos conduzindo um projeto de pesquisa empírica na Alemanha Oriental e Ocidental para investigar como o trabalho voluntário é usado e explorado pelo Estado para a prestação de serviços e cuidados. Também estamos interessados em saber como essa constelação é experimentada, interpretada e modelada pelos indivíduos envolvidos e pelos beneficiários dessa ajuda. Embora existam numerosos estudos predominantemente afirmativos sobre diferentes campos de engajamento e instituições de caridade, ainda não foi desenvolvida uma economia política do voluntariado que sistematicamente ilumine e reflita criticamente as implicações políticas, sociais e econômicas dessa prática. Usamos o termo “economia paralela” para descrever esse contexto, porque estamos

>>

lidando com uma área de trabalho informal que representa um fator de bem-estar e contribui para a criação de valor (através do horário de trabalho não remunerado) - além do emprego regular com contribuições para o seguro social. Em termos concretos, portanto, queremos saber em que medida a promoção, a demanda e o uso do trabalho voluntário pelo Estado se torna um veículo para processos de substituição, informalização e desprofissionalização do emprego regular.

Nisto, a *substituição* às vezes significa que as atividades que anteriormente eram empregos regulares são deslocadas para o contexto do trabalho voluntário. Existem exemplos disso em nosso estudo, como no contexto da assistência de jornada integral nas escolas, quando “jovens acompanhantes” voluntários compensam a falta de professores ou quando os familiares acompanhantes voluntários substituem o apoio à família fornecido pelo Estado. Também encontramos exemplos de necessidades emergentes recentemente não atendidas pela expansão do emprego regular, mas pela criação de novos campos e formas de engajamento - por exemplo, no atendimento a idosos. Além dessas formas de substituição direta do emprego regular ou da expansão impedida do emprego regular, nosso estudo mostra outros efeitos de substituição, como a deterioração dos cuidados familiares e a falta de trabalhadores qualificados (por exemplo, para atividades de enfermagem, de artesanato ou de aconselhamento jurídico) que também são compensados por voluntários.

Embora o voluntariado e o envolvimento cívico sejam geralmente muito elogiados em todo o país, observamos uma *desprofissionalização* por meio desses desenvolvimentos. Na verdade, leigos mal treinados realizam tarefas profissionais nas áreas de educação, cuidado familiar, assistência a idosos, aulas de alemão para refugiados ou aconselhamento jurídico. Esses serviços não profissionais destinam-se principalmente àqueles que não dispõem de recursos para compensar lacunas na provisão estatal ou novas necessidades através da compra privada de serviços profissionais. Portanto, o uso e a exploração do trabalho voluntário pelo Estado de bem-estar social não afeta todos os cidadãos da mesma forma: pode-se observar o surgimento de “serviços pobres para pessoas pobres” que não podem pagar ajuda profissional.

No entanto, não é apenas a qualidade dos serviços prestados que pode ser problemática, mas também as circunstâncias para os voluntários, que em algumas áreas se transformam em quase funcionários sem os direitos sociais relacionados. Particularmente em áreas nas quais se espera que os voluntários sejam confiáveis, firmes e experientes - como atendimento a idosos, trabalho com pessoas com deficiência ou atendimento durante a jornada integral na escola - os chamados “contratos voluntários” e subsídios de despesas que vão além do reembolso dos custos desempenham um papel cada vez mais importante. Esses

subsídios geralmente estão bem abaixo do salário mínimo, enquanto, ao mesmo tempo, os padrões trabalhistas e de negociação coletiva estão sendo prejudicados. Dessa maneira, o engajamento altamente elogiado também contribui para a precarização e *informalização* do trabalho, pelo menos em algumas áreas dos serviços sociais de interesse geral.

Na Alemanha Oriental, em particular, o engajamento cívico e o trabalho voluntário estão intimamente relacionados ao mercado de trabalho, o que significa que geralmente são realizados por pessoas desempregadas que almejam sua reinserção profissional. Em entrevistas com voluntários e especialistas, também encontramos declarações que enquadram o envolvimento como um substituto simbólico do trabalho remunerado. Outro resultado empírico importante de nossa pesquisa é o trabalho dos centros de emprego, que às vezes enviam pessoas desempregadas de longa data para o engajamento cívico. Além disso, existe outra diferença interessante entre os novos estados federais (da Alemanha Oriental) e os antigos da Alemanha Ocidental: Embora a monetização do engajamento seja vista de maneira bastante crítica na Alemanha Ocidental, uma vez que, de acordo com a visão generalizada, prejudica o caráter e a originalidade do voluntariado, a situação é diferente na Alemanha Oriental: a compensação monetária pelo engajamento é considerada como não problemática e legítima no sentido de um salário justo para o trabalho diário. Aqui, as consequências do forte caráter trabalhista da República Democrática Alemã se tornam aparentes, nas quais houve trabalho voluntário dirigido pelo Estado, bem como ajuda informal e solidariedade local, mas nenhum conceito e prática de engajamento cívico típico.

Nossa pesquisa se concentra em áreas muito diferentes de engajamento e trabalho voluntário: ajuda a refugiados e vizinhança, atendimento a idosos, envolvimento em escolas, brigadistas voluntários, engajamento em residências multigeracionais e serviços de transporte local, apenas para citar os campos mais importantes. Em todas as áreas, há desenvolvimentos problemáticos, mas também outros completamente sem problemas. Em termos de desenvolvimentos problemáticos, estamos observando uma nova era de reprodução social, que chamamos de “capitalismo comunitário”, na qual comunidades sociais, além da família, são cada vez mais usadas como um novo recurso para superar crises reprodutivas. Nossa visão crítica do uso do voluntário pelo Estado não implica, no entanto, que o Estado deva assumir todas as tarefas (sociais) sem exceção. Quando se trata de transferir serviços públicos e infraestrutura para a área de trabalho voluntário, nossas críticas são mais direcionadas para as áreas em que oportunidades fundamentais na vida dependem de apoio voluntário em vez de garantia de direitos sociais. ■

Contato com:
Silke van Dyk <silke.vandyk@uni-jena.de>
Tine Haubner <tine.haubner@uni-jena.de>

> A U.E. manterá seu pilar social?

Por **Beatrice Carella**, Escola Normal Superior, Florença, Itália



O Pilar Europeu dos Direitos Sociais, assinado em novembro de 2017, representa a principal iniciativa social da Comissão Europeia. Crédito: site da Comissão Europeia.

Em 17 de novembro de 2017, os presidentes do Parlamento Europeu, da Comissão Europeia e do Conselho Europeu assinaram em conjunto uma declaração política consagrando os princípios sociais que a União Europeia (UE) abraça e promove, intitulada Pilar Europeu dos Direitos Sociais (o Pilar ou EPSR). Isso representou a principal iniciativa social da Comissão, liderada por Jean-Claude Juncker, que trouxe a “Europa Social” de volta ao debate sobre o futuro da integração europeia. Desde sua nomeação, em 2014, o Presidente Juncker colocou a questão da dimensão social europeia em um discurso diferente do passado: enquanto o lado produtivo dos estados de bem-estar e das políticas sociais ainda era considerado, a nova Comissão reconheceu abertamente a necessidade de repensar o futuro das políticas em termos de suas implicações sociais, em relação não apenas à economia e aos mercados de trabalho, mas também aos objetivos de igualdade social, justiça e inclusão.

> O longo e contestado processo de formulação

Foi nessa narrativa renovada e na vontade de romper com os padrões políticos anteriores (no momento em que os efeitos da austeridade se revelaram completamente) que a iniciativa do Pilar foi apresentada durante o discurso do Estado da União de Juncker em setembro de 2015. O anúncio foi seguido de uma fase de formulação de dois anos: em março de 2016, a Comissão publicou um esboço preliminar do documento e abriu um processo de consulta pública particularmente longo e amplo que durou até o final do ano. Embora as peculiaridades das consultas mostrem um esforço para promover um envolvimento maior e mais ascendente de diferentes partes interessadas na formulação do texto, a disponibilidade pública de documentos de posição e relatórios das audiências e debates organizados pela Comissão nos permitem investigar como as várias

>>

preferências foram refletidas no documento final. Isso é essencial para entender possíveis desenvolvimentos futuros da iniciativa.

O que emerge da análise dos resultados das consultas públicas é uma alta variabilidade nas demandas apresentadas pelos vários participantes no processo de formulação. Frequentemente, podemos detectar uma divisão entre dois grupos principais de atores: por um lado, organizações da sociedade civil, confederações de sindicatos e o Parlamento Europeu, que enfatizaram a necessidade de garantir um “piso de proteção social” para garantir a cidadania dos cidadãos e os direitos dos trabalhadores, em caso de choques econômicos, e de encontrar um melhor equilíbrio entre flexibilidade e segurança nos mercados de trabalho, além de exigir uma variedade de instrumentos de política para implementar o Pilar, incluindo nova legislação da UE e financiamento supranacional. Por outro lado, as associações de empregadores e empresas, juntamente com vários Estados-Membros, estavam preocupadas com a ênfase na inclusão social e na proteção em si (sem vínculos diretos com o funcionamento do mercado de trabalho) e se opunham fortemente à adoção de nova legislação ou mecanismos de financiamento no campo social. Esse grupo de atores de políticas promoveu uma maior integração exclusivamente por meio de ferramentas de coordenação política “flexíveis” e com respeito ao princípio de subsidiariedade.

> Um ato de equilíbrio de valor simbólico

Observando a versão final do documento, podemos ver que a Comissão conseguiu equilibrar as opiniões divergentes da seguinte forma: Em um nível discursivo, as instituições da UE mostraram uma narrativa alterada em torno da dimensão social, abandonando não apenas as posições de austeridade, mas também a noção de “investimento social” (como no Pacote de Investimento Social de 2013) para se voltar para o domínio da proteção de direitos e considerar a inclusão social e a igualdade como objetivos autônomos, seguindo as linhas sugeridas pelas organizações da sociedade civil e sindicatos. No entanto, no que se refere aos instrumentos propostos para pôr em prática o Pilar, eles adotaram a posição defendida pelo setor empresarial e por alguns Estados-Membros, baseando-se apenas em medidas não vinculativas de coordenação e monitoramento. Embora o produto final tenha sido geralmente bem percebido pelo universo variado de atores políticos, o resultado da iniciativa EPSR foi um documento político declaratório, com uma lista de princípios e aspirações reconhecidos pelas três principais instituições da UE. A única inovação política foi um novo conjunto de indicadores sociais (o *Social Scoreboard*) a ser vagamente integrado na arquitetura geral de coordenação macroeconômica. O valor acrescentado do Pilar permanece até agora na sua natureza simbólica, enquanto a realização do seu potencial inerente de provocar mudanças na dimensão social da UE depende da vontade política dos atores envolvidos na sua implementação.

Os resultados das eleições para o Parlamento Europeu (PE) e a nomeação do novo Colégio de Comissários em 2019 fornecem um quadro que é apenas parcialmente promissor a este respeito. A nível da UE, parece que tanto os burocratas como os grupos políticos reconheceram a importância de abordar as questões sociais a partir de uma perspectiva supranacional. Nos seus manifestos para as eleições do PE, todos os partidos europeus consideraram o domínio social tão relevante quanto ou até mais importante do que em 2014, particularmente o Partido Socialista Europeu, os Verdes e a Aliança Livre Europeia (os dois primeiros também diretamente mencionando o Pilar). Além disso, a recém nomeada Presidente da Comissão, Ursula von der Leyen, fez referência explícita ao EPSR em seu discurso de posse e em suas diretrizes políticas e mencionou a adoção de um “plano de ação” para sua implementação. No entanto, o papel de cada Estado-Membro será tão crucial no acompanhamento da iniciativa do Pilar quanto na formulação e adoção e, portanto, é importante considerar também os desenvolvimentos em nível nacional.

> O papel dos Estados-Membros: o caso da Itália

No período que antecedeu as eleições do PE na Itália, o Pilar Europeu dos Direitos Sociais estava ausente de manifestos e discussões públicas, e os partidos a favor do fortalecimento da dimensão social da UE (como +Europa/ALDE, Europa Verde/Verdes, e La Sinistra[A Esquerda]/GUE/NGL) sofreram derrotas eleitorais. Estes também foram os partidos que estruturaram seus programas em estreita sintonia com a respectiva família partidária da UE e em sua campanha eleitoral abordaram questões relevantes tanto a nível nacional quanto supranacional. Embora as últimas eleições para o PE tenham sido pouco “europeizadas”, mas influenciadas pelas agendas políticas domésticas, não apenas na Itália, mas em todos os Estados-Membros, o caso italiano pode não ser o mais representativo em relação aos resultados eleitorais finais. De fato, tanto a ALDE quanto os Verdes/EPT, com sua postura de integração pró-UE, conseguiram, em geral, novos assentos em Estrasburgo, potencialmente contrariando os votos para os partidos nacionalistas e eurocéticos. Contudo, numa área política como a social, onde o papel dos Estados-Membros ainda é predominante, a elevada fragmentação política emergente do Parlamento Europeu torna o futuro da dimensão social da UE ainda mais incerto. Ao mesmo tempo, isso poderia criar uma oportunidade para os atores supranacionais, em particular a nova Comissão, para promover uma integração mais forte na área social, com base nos alicerces - do Pilar - estabelecido por seus antecessores. ■

Contato com Beatrice Carella <beatrice.carella@sns.it>

> A quem pertence a inteligência artificial?

Por **Paola Tubaro**, Centre National de la Recherche Scientifique, Universidade Paris-Saclay, França



Somente com pessoas reais a inteligência artificial se torna 'inteligente'.
Crédito: Hitesh Choudhary / pexels.com.

Os extraordinários sucessos da inteligência artificial (IA) atual repousam sobre o "microtrabalho" de uma multidão de homens e mulheres reais. Eles etiquetam objetos em imagens, transcrevem recibos comerciais, traduzem pedaços de texto e gravam sua voz enquanto lêem frases curtas em voz alta. Simples e repetitivas, essas tarefas geralmente exigem baixas qualificações e são pagas a apenas alguns centavos. Os trabalhadores, que não são formalmente empregados, mas subcontratados pagos por peça, executam-as remotamente em seus *smartphones* ou *laptops*, através de sites especializados.

Como esse exército sombrio de trabalhadores auxilia a IA? Tomemos o exemplo de assistentes vocais com tecnologia IA, como Alexa ou Siri. Antes de reconhecerem

as solicitações dos usuários, os assistentes vocais devem ser expostos a muitos exemplos de fala humana, como pessoas perguntando sobre o clima. Assim, a máquina "aprenderá" que todos significam o mesmo, apesar das diferenças de timbres e entonações vocais, sotaques regionais ou presença de ruídos de fundo e, mais tarde, será capaz de reconhecer solicitações semelhantes de novos usuários. Por isso, são necessários microtrabalhadores para produzir esses exemplos, gravando sua voz enquanto perguntam sobre o clima. Os produtores de IA também contam com os trabalhadores para testar seus assistentes "inteligentes" e verificar se eles funcionam como planejado.

Foi a Amazon que popularizou o microtrabalho no início dos anos 2000 com seu *Mechanical Turk*. Inicialmente um serviço interno através do qual seus funcionários

>>

contribuíam para limpar as listagens de produtos, a Amazon o abriu para clientes externos que podiam postar *Human Intelligence Tasks* (HITs) - Tarefas para Inteligência Humana - para microtrabalhadores externos executarem. A Amazon chamou apropriadamente seu dispositivo de “inteligência artificial artificial” para enfatizar que é melhor terceirizar para os seres humanos quando eles podem executar tarefas com mais eficiência do que computadores. Hoje, muitos outros sites e aplicativos seguiram o exemplo da Amazon e propuseram variantes: por exemplo, o australiano Appen, o alemão Clickworker, o americano Lionbridge e o Microworkers, para citar apenas alguns.

Onde estão os microtrabalhadores que fazem isso acontecer? Como algumas tarefas podem ser realizadas on-line e não exigem presença física em nenhum local (por exemplo, identificação de tomates em fotos de saladas), alguns trabalhadores vivem em países onde os custos de mão-de-obra são baixos. Nesse sentido, as geografias do microtrabalho revivem padrões bem conhecidos de terceirização. No entanto, outras tarefas requerem conhecimentos ou habilidades locais e não podem ser realizadas no exterior. Por exemplo, a gravação de sentenças para um assistente vocal requer trabalhadores que falem o idioma, com sotaques e dialetos, do país onde o assistente é vendido. De fato, a maioria dos trabalhadores da *Mechanical Turk* é sediada nos EUA. Com uma equipe de colegas, montamos um estudo chamado “*Digital Platform Labour*” [Trabalho de Plataforma Digital] (DiPLab) no ano passado, na França, outro país altamente industrializado, e encontramos muitos microtrabalhadores.

Quem são as pessoas que têm esse trabalho em um país como a França? Não apenas estudantes ou geração *millennials*, revela nossa pesquisa. Mais de 60% destes trabalhadores têm entre 25 e 44 anos e têm um trabalho principal, além das tarefas *on-line*. Eles trabalham, por exemplo, nos setores de saúde, educação e serviços públicos e usam o microtrabalho como uma fonte extra de renda. Ironicamente, para tarefas que exigem qualificações limitadas, os microtrabalhadores são mais instruídos que a população em geral: na França, mais de 40% têm pelo menos um diploma universitário de graduação. Pouco mais da metade de todos os microtrabalhadores franceses são mulheres, geralmente com família. Mais propensas a trabalhar em meio período do que os homens, mais frequentemente dependendo do cônjuge para obter renda, e dedicando mais tempo às tarefas domésticas, elas usam todos os intervalos entre o trabalho e as atividades domésticas para realizar microtarefas *on-line*. Ganhos adicionais com o microtrabalho são bem-vindos, mas o custo é uma carga adicional, além do emprego formal e do cuidado, deixando-as com pouco tempo para lazer.

O microtrabalho revela um problema amplo, embora oculto, de insegurança econômica. Mais de 20% dos microtrabalhadores franceses vivem abaixo do limiar de

pobreza, calculado como metade da renda mediana do país, enquanto menos que 10% da população em geral está nessa situação. Nesse contexto, as microtarefas on-line são uma tentativa de lidar com isso: os participantes da nossa pesquisa disseram esmagadoramente que uma das razões pelas quais realizam o microtrabalho é a necessidade de dinheiro. No entanto, a renda média mensal do microtrabalho na França (todas as plataformas combinadas) é muito assimetricamente distribuída. O grande número de microtrabalhadores “ocasionais” que se conectam esporadicamente reduz a média para cerca de 21 euros por mês, enquanto algumas pessoas “muito ativas” conseguem ganhar de 1500 a 2000 euros por mês trabalhando em tempo integral (ou quase isso).

Se o microtrabalho tem o potencial de, pelo menos em parte, de dar suporte às pessoas que têm menos alternativas nos mercados de trabalho padrão ou que precisam de acordos de trabalho flexíveis (por exemplo, devido a tarefas indicadas acima), isso também implica riscos específicos. O microtrabalho não oferece nenhuma forma de proteção social, assistência médica ou benefícios de aposentadoria. Atualmente, não há como aproveitar a experiência de microtrabalho como parte de uma carreira profissional: por exemplo, a reputação conquistada em um site não se transfere para outro. Psicologicamente, o microtrabalho pode ser angustiante. Quando, como costuma acontecer, os trabalhadores não conhecem os clientes e/ou os objetivos das tarefas que realizam, sua atividade perde significado. Por exemplo, uma de nossas entrevistadas, desconhecendo sua contribuição para a IA, perguntou-se “por que diabos me pedem para desenhar círculos em torno de tomates em fotos?” Além disso, quando as tarefas são rejeitadas por um cliente (e, portanto, não são pagas), os trabalhadores não têm como recorrer da decisão ou pelo menos saber por que ela foi tomada. Além disso, eles operam isolados um do outro. Eles trabalham em seus computadores de casa e não têm a área de café do escritório; nem sites sobre microtrabalho no qual disponibilizam espaços digitais para que eles se encontrem, pelo menos on-line. A iniciativa de ativistas ou sindicatos é frequentemente necessária para criar essas infraestruturas.

Como as microtarefas servem ao desenvolvimento de indústrias de ponta em IA, e como essas tarefas são realizadas principalmente por pessoas em situações de vulnerabilidade, é importante começar a pensar seriamente em possíveis soluções. Sites e aplicativos que trabalham em conjunto podem fazer sua parte, melhorando sua transparência e oferecendo serviços de rede e suporte. Os formuladores de políticas e os sindicatos têm muito mais a fazer para criar novas formas de proteção para trabalhadores atípicos. ■

Contato com Paola Tubaro <paola.tubaro@lri.fr>

> Um museu de grandes novidades

Por **Lévio Scattolini**, Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Brasil



As criptomoedas trouxeram grandes esperanças de um sistema financeiro mais democrático. Crédito: Worldspectrum / pexels.com.

Aqueles que são um pouco céticos sobre o que o capitalismo ainda é capaz de oferecer em termos de realizações civilizacionais tendem a receber com suspeita as promessas que envolvem tecnologias como as da chamada era digital ou da informação. Inteligência Artificial, Aprendizado de Máquina, Big Data, Internet das Coisas (IoT), Blockchain, Criptomoedas e até smartphones, novas extensões de nosso corpo e alma, são percebidos não como um sinal de novos tempos, mas como mecanismos de fechamento do futuro. Encontrar evidências para corroborar essa hipótese ou até provar que isso vai acontecer não responde a uma pergunta maior e muito mais antiga: *por que vemos constantemente novas soluções e estruturas se afastando dos ideais que os*

deram vida e acabando reconstituindo essencialmente o passado sob uma nova roupagem?

Existem várias dimensões ao abordar esse problema; gostaria de enfatizar uma questão bastante concreta e urgente, que explicita as raízes sociais geralmente negligenciadas nesse tipo de debate. No campo das ideias, a primeira criptomoeda amplamente difundida, o Bitcoin, seria uma medida insurrecional contra os abusos inconcebíveis perpetrados pelo sistema financeiro - com permissão e apoio de estados em todo o mundo - que culminaram na crise econômica de 2008. De fato, como sinal de protesto, um relatório do Times anunciando as intenções do governo do Reino Unido de liberar um segundo resgate

>>

aos bancos em 3 de janeiro de 2009 foi inscrito no código-fonte do *Bitcoin* como uma prova da data e hora de seu dia de lançamento. Mas não é só isso. A arquitetura da tecnologia foi realmente projetada para tirar o poder do controle do sistema financeiro das mãos de “intermediários” e distribuí-lo para as pessoas comuns, o público em geral.

O problema diagnosticado com o sistema financeiro tradicional é que depende fundamentalmente da confiança nas instituições centralizadas para validação de transações e emissão de moeda. Em outras palavras, são precisamente as instituições financeiras, como bancos privados e centrais, que garantem que “A” possui uma certa quantia de dinheiro e que, depois de transferi-la para a posse de “B”, “A” não pode usá-la novamente. Delegamos autoridade às instituições financeiras para executar essas tarefas relevantes e esperamos que elas façam o melhor possível. Embora, hoje em dia, isso não pareça um problema para a maioria, pois permanece oculto e distante da vida cotidiana, é um fator crucial para o governo da *polis*, especialmente em uma formação social na qual tudo é produzido para troca - no final, então, por dinheiro.

Nesse sentido, a possibilidade de criar uma rede descentralizada de livros contábeis, aberta a todos que desejam se envolver nela, onde as transações são registradas e validadas por meio de um mecanismo de coordenação de consenso entre todos os nós participantes, parece uma ideia bastante adequada e interessante. Ainda mais se considerarmos que essa rede é tolerante a falhas (capaz de operar corretamente se um ou alguns de seus nós falharem), possui uma emissão de moeda inalterável integrada (limitada a 21 milhões de moedas), permite que as pessoas realizem transações quase instantaneamente em qualquer lugar com acesso à internet e trabalha sob grandes tentativas de ataque, sem grandes danos estruturais, há mais de onze anos. De fato, a arquitetura da coordenação de sistemas distribuídos por trás do *Bitcoin* foi tão bem feita que se tornou uma tecnologia autônoma, com uma série de outras implementações, chamadas *Blockchain*.

Em 2019, o *Bitcoin* atingiu um valor de mercado de US\$ 225 bilhões e teve mais de 120 milhões de transações registradas em sua rede digital nativa durante um período de um ano. Devemos concluir então que ele vem revolucionando o sistema financeiro e dando poder às pessoas comuns? Não tão rápido. Após um início turbulento e relutante, a partir de 2014, instituições financeiras, corporações e grandes jogadores do mercado mudaram sua abordagem em relação à criptomoeda e começaram a investir maciçamente e pesquisar a tecnologia. O ideal de que usuários comuns com seus computadores pessoais fossem a maioria na rede e tivessem controle sobre isso foi desafiado pela realidade. Atualmente, a “mineração” do *Bitcoin* é controlada por grandes “fazendas”, que é o termo para grandes empresas

complexas que possuem máquinas, energia e recursos – ou, de maneira diferente, capital – para processar melhor a “prova de trabalho” necessária. Finalmente, vale mencionar os recentes anúncios do *Facebook*, que pretende, em parceria com algumas das maiores empresas do mundo, incluindo instituições financeiras, criar sua própria criptomoeda – sabiamente chamada *Libra* – com o objetivo de fazer o que o *Bitcoin* e outras criptografias falharam, ou seja, popularizá-la. Isso significa que estamos prestes a testemunhar a maior plataforma de mídia social do mundo, que apropria indevidamente dados de bilhões de pessoas há mais de dez anos, aliando-se às principais empresas para criar, pela primeira vez, um banco central verdadeiramente global, de propriedade privada e onisciente de seus usuários.

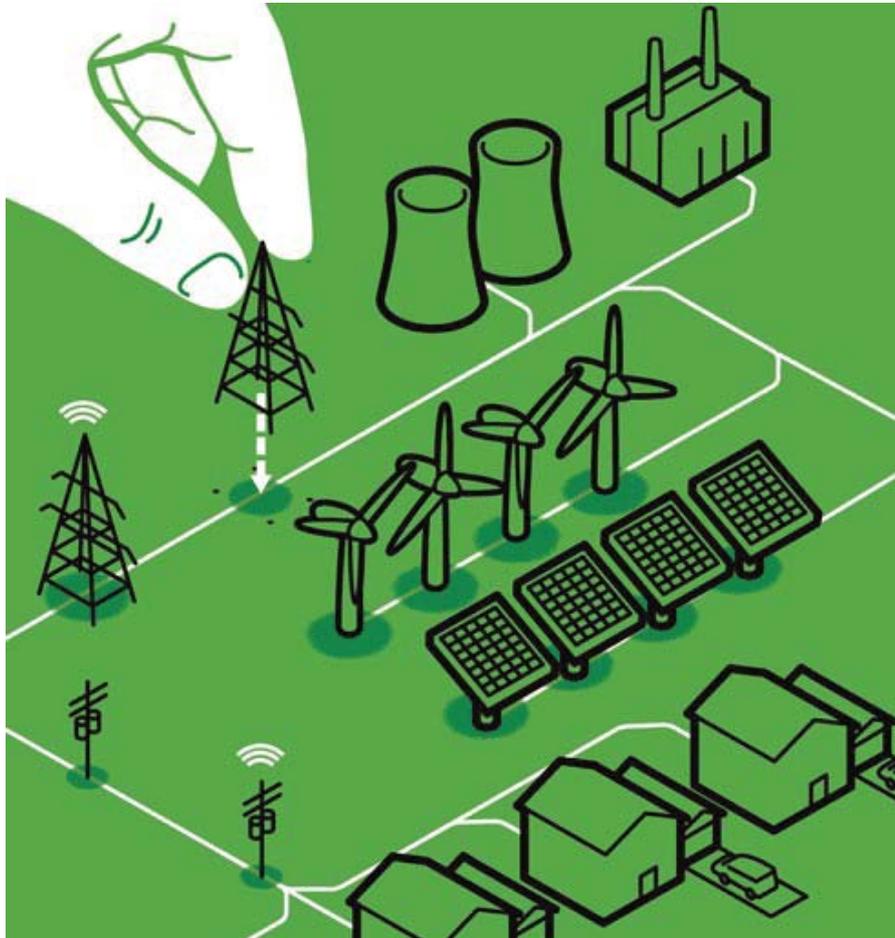
Aqui podemos atestar a importância da análise crítica como um meio de orientar adequadamente nossa ação no mundo. Como apontado anteriormente, a partir de um diagnóstico pragmático de que os problemas do sistema financeiro atual estão eminentemente relacionados à dependência de confiar nas instituições centralizadas como “intermediários”, surge uma solução pragmática para reformar e implementar uma “rede de confiança aberta” descentralizada. No entanto, e se os problemas do nosso sistema financeiro não vierem de sua *forma*, mas de seu *conteúdo*? O que quero dizer é: como alguém pode tentar criar uma “sociedade desintermediada”, contando com a figura social de mediação mais proeminente de nosso tempo, o dinheiro? Não foi o dinheiro, em primeiro lugar, o que tornou necessário o desenvolvimento e o crescimento das instituições centralizadas de verificação? Não é a lógica intrínseca da acumulação infinita de dinheiro que gera concentração e centralização?

Minha afirmação não é que o *Bitcoin* ou as milhares de novas criptomoedas não valem nada, mas que, se a forma capitalista de organização social for dada como certa, se as implicações de uma sociabilidade através do dinheiro não forem colocadas em perspectiva, essas novas tecnologias estarão condenadas a reconstituir constantemente o passado, as condições sociais necessárias sem as quais o capital não pode se reproduzir. Ao explicitar o movimento contraditório de valorização do valor – dinheiro que precisa se tornar mais dinheiro –, podemos ter melhores diagnósticos dos problemas e, a partir daí, talvez surgir melhores soluções, estruturas ou tecnologias para um futuro diferente: um novo processo material de produção da vida. ■

Contato com Lévio Scattolini <leviosj@gmail.com>

> De que uma digitalização sustentável precisa?

Por **Felix Sühmann-Faul**, Alemanha



As fontes de energia renováveis envolvem digitalização para distribuição inteligente. Crédito: James Provost / Flickr. Alguns direitos reservados.

Muitas coisas nos mostram o que significa digitalização. Tome uma loja de discos, por exemplo. Costumávamos ouvir algo no rádio que gostávamos, ou um amigo nos dava uma dica e depois íamos a uma loja de discos e comprávamos uma mídia com música. Uma coisa material, que se tornava nossa propriedade. Esse ato outrora comum dificilmente é visto nos dias de hoje. Os serviços de streaming, baseados em um modelo de negócios de plataforma, fornecem acesso a milhões de músicas e substituem a loja de discos de outrora. A indústria da música mudou consideravelmente. Uma grande causa dessa mudança são os dados como meio central de produção. O modelo de negócios da plataforma funciona, na maioria dos casos, reunindo muitas informações sobre seus usuários. Por exemplo, que gênero

de música ouvimos, quando, com que frequência e onde. Além disso: qual é o nosso gênero? Nós temos filhos? Onde vivemos? Qual é a nossa renda familiar?

Essas informações são o que torna a maioria das plataformas extremamente bem-sucedidas: elas conhecem nossas preferências e atitudes e podem prever nosso comportamento. Seus serviços são atraentes porque se adaptam à nossa individualidade. As plataformas também vendem essas informações coletadas para agências de publicidade, que agora podem oferecer possibilidades de consumo pessoalmente direcionadas. Essa é uma grande parte do que a digitalização significa hoje: uma forte conexão entre capitalismo e tecnologia.

Isso está diretamente relacionado ao fato de que a



digitalização geralmente não pode ser conciliada com a sustentabilidade. O conhecido relatório Brundtland de 1987 às Nações Unidas declara: “Desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às suas próprias necessidades”. Portanto, nós, nossos filhos e seus filhos, devemos ter a chance de viver “uma vida boa”. O que isto significa? É claro que essa é uma questão cultural. Na sociedade ocidental, que é influenciada por ideias humanistas e iluministas, ela certamente consiste em valores como direitos básicos democráticos, autodeterminação, diversidade, privacidade, um ambiente sólido e “liberdade” – seja lá o que isso significa. No entanto, a maioria desses pontos é influenciada pela digitalização, que é impulsionada em grande parte pelos interesses econômicos. A privacidade, por exemplo, não pode ser garantida por plataformas cujo sucesso se baseia na necessidade de saber tudo sobre nós. Além disso, um ambiente sólido nunca foi o objetivo de interesses econômicos e isso não mudou na era digital.

A digitalização requer a construção de dispositivos e infra-estruturas, a mineração e o transporte de matérias-primas. O mero uso de dispositivos digitais cria um consumo de energia de cerca de 10% da demanda global de eletricidade. Se essa tendência continuar nesse ritmo, aumentará para 20% em 2025. Consequentemente, a produção e o uso de tecnologias da informação e da comunicação são responsáveis por 3,7% das emissões de CO2 provocadas pelo homem e aumentará para cerca de 8% em 2025. A mineração de matérias-primas produz enormes problemas de sustentabilidade nos países de origem. A República Democrática do Congo é um exemplo muito terrível disso. O Congo é um dos países fornecedores mais importantes de tungstênio, tântalo, estanho, cobalto e ouro. Esses minerais são insubstituíveis para a fabricação de *hardware* digital. Obviamente, a mineração causa os problemas ecológicos usuais, como erosão, água subterrânea envenenada e extinção de espécies. No entanto, os problemas no nível social são ainda maiores: uma sangrenta guerra civil sacode este país. Responsáveis por milhões de baixas civis, várias tropas rebeldes que travam essa guerra há 30 anos, as minas - que fornecem os minerais insubstituíveis para o *hardware* digital - estão nas mãos dessas forças rebeldes que financiam suas armas através da venda desses minerais. É por isso que eles são chamados de “minerais de conflito”. As consequências são amargas: fome, violência sexual, doenças, escravidão moderna, crianças soldados.

No entanto, também há boas notícias: algumas áreas da sustentabilidade só são alcançáveis usando ferramentas de digitalização. O primeiro exemplo é a mudança para o uso de energia renovável. Para usar fontes de energia renováveis de maneira eficiente, não há como contornar a digitalização porque a produção de energia é descentralizada, difícil de prever, ocorre durante diferentes horas do dia e, às

vezes, apenas pequenas quantidades são produzidas. O armazenamento e a distribuição devem ocorrer muito rapidamente para aproveitar ao máximo essa energia volátil. Ademais, isso só é possível com o apoio da tecnologia da computação de autoaprendizagem.

Outro exemplo é o transporte sustentável. A mudança do transporte fóssil, do engarrafamento no centro da cidade e da poluição por poeira fina exigem uma redução maciça dos carros de passeio. Contudo, existe frequentemente uma grande lacuna de informação, bem como problemas relacionados com a comparação de modos de transporte alternativos. Existem diferentes fornecedores, diferentes modelos de preços, diferentes tempos de viagem etc. É difícil obter uma visão geral espontânea. Mas há uma solução fácil para esse problema agora que os *smartphones* são onipresentes. Muitos projetos de pesquisa na Alemanha abordam essas questões aprimorando os aplicativos de fornecedores locais de transporte público e adicionando todas as informações relevantes de outros fornecedores da região a este aplicativo. Agora é possível comparar provedores de compartilhamento de carros, empresas de aluguel de bicicletas, ônibus, trens e assim por diante. Pode-se ver quanto tempo a viagem levará, qual o modo mais barato, como combinar diferentes modos entre si e também reservar e pagar por esses aplicativos. A digitalização pode facilitar muito a viagem sustentável.

> Aonde isso nos leva?

Inúmeros estudos mostram que a sustentabilidade é considerada importante na sociedade. No entanto, agir de forma sustentável é uma coisa completamente diferente. As pessoas tendem a evitar se livrar do carro ou parar de viajar de avião. Aqui reside o imperativo da política. Existem muitas etapas fáceis, como a redução de impostos sobre reparos de dispositivos digitais ou a legislação em que todos os dispositivos eletrônicos devem ser reparados. Mas o maior passo seria pagar um preço justo pelas matérias-primas. Deve haver uma compensação financeira pela devastação ecológica e social que a mineração cria. Consequências graves surgiriam disso, mas também abririam o caminho para uma economia pós-crescimento através de impostos mais altos sobre os recursos.

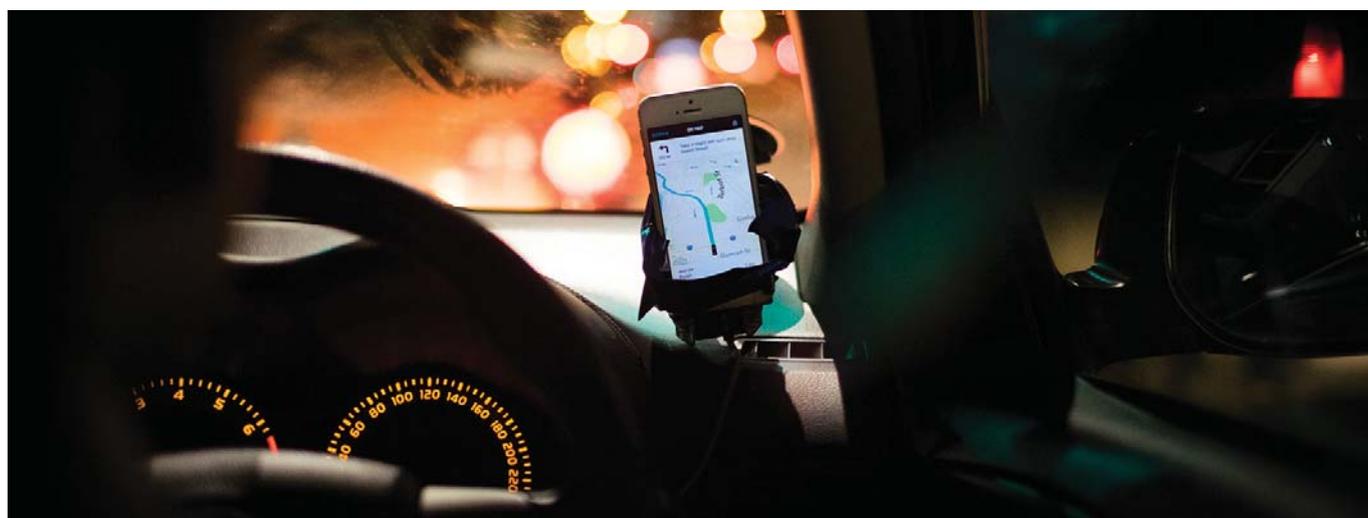
Uma digitalização que usa suas chances de criar uma maneira mais sustentável de produzir e viver e evita os riscos de um consumo de energia cada vez maior e a destruição da natureza é um esforço conjunto. A legislação inteligente é uma parte. Os indivíduos devem apoiar isso através de engajamento político, votação e adaptação de seu estilo de vida. A sustentabilidade está enraizada na suficiência, mas a digitalização reduz o limiar de consumo. Temos que ficar atentos a esse fato. ■

Contato com Felix Sühlmann-Faul
<kontakt@suehlmann-faul.com>

> A Fundação Fairwork

pesquisa-ação sobre a “economia de bicos”

Por **Srujana Katta**, **Kelle Howson**, e **Mark Graham**, Oxford Internet Institute, Universidade de Oxford, Reino Unido



Viagens de carro compartilhadas tornaram-se, na última década, um meio de transporte popular. Crédito: Noel Tock / Flickr. CC BY-NC 2.0.

A *Ola Cabs*, empresa indiana de compartilhamento de viagens, é uma das empresas em todo o mundo cujo modelo de negócios depende do uso de uma plataforma digital para atender à oferta e demanda de trabalho. Especificamente, o aplicativo móvel da *Ola* permite que os passageiros que precisam de transporte se conectem com um motorista próximo. Plataformas de trabalho digital como *Ola* compreendem o que é comumente chamado de “economia de bicos”, em que as empresas – por meio de uma plataforma digital (geralmente sustentada por um algoritmo bem guardado) – contratam candidatas a emprego para realizar “bicos” de curto prazo em uma relação ocasional e fragmentada. O modelo de emprego da “economia de bicos” algoritmicamente distribuído alcançou massivamente uma ampla gama de atividades econômicas, desde compartilhamento de carros e entregas, trabalho doméstico e *freelancing* em geral.

Ola, uma típica empresa de “economia de bicos”, emprega narrativas de liberdade e flexibilidade para recrutar “mo-

toristas parceiros” para dirigir seus carros para a empresa. De acordo com os mantras fundamentais da “economia de bicos”, em sua página na internet, a *Ola* garante aos aspirantes a motoristas “horários flexíveis”, “liberdade de trabalho” e a capacidade de “ganhar respeito”. Além de permitir que as pessoas conduzam seus próprios carros, a empresa também aluga carros para aqueles que não são proprietários, por US\$ 10 a 16 por dia. Motoristas aspirantes podem “dirigir um carro com risco zero” após um adiantamento não reembolsável (cerca de US\$ 56) e depósito de segurança (entre US\$ 293 e US\$ 432).

Na visão da *Ola*, os motoristas parceiros são colaboradores autônomos, liberados das restrições do trabalho tradicional e que transitam entre tarefas interessantes. O trabalho de “bico” oferece perspectivas atraentes de autogerenciamento, capitalização de ativos existentes e mais tempo para atividades familiares ou outros objetivos. O seu fascínio depende de oferecer aos trabalhadores maior controle sobre muitos aspectos do seu trabalho e da vida pessoal. A realidade,



no entanto, está frequentemente longe da promessa. O comando feito por um chefe humano é substituído por formas mais ocultas e difundidas de controle ativadas por algoritmos.

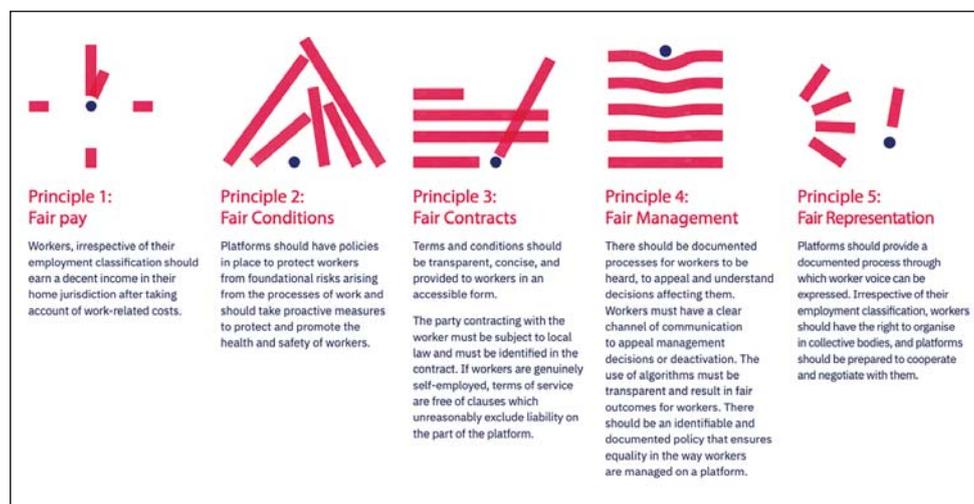
Em dezembro de 2019, o *The Economic Times* noticiou que a *Ola* suspendeu um motorista em Mumbai depois que um passageiro reclamou que ele havia dormido ao volante e quase causou um acidente. O motorista disse que estava dirigindo há mais de vinte horas. À primeira vista, a ação de suspendê-lo parece uma medida razoável para garantir a segurança do passageiro e do motorista. No entanto, o episódio é ilustrativo de uma série de questões estruturais subjacentes, características mais amplas do setor de compartilhamento de caronas e da economia de “bicos” – a saber, salários insatisfatórios, condições inseguras de trabalho e ausência do devido processo legal. O relatório cita um representante de uma organização de trabalhadores: “Se eles não dirigirem por longos períodos, de 14 a 15 horas, eles não conseguem alcançar o valor diário de locação de carros da *Ola*, *Uber* e etc”.

As plataformas de “economia de bicos” afirmam que são apenas empresas de tecnologia que conectam aqueles que querem vender sua mão de obra àqueles que querem comprá-la. Por essa lógica, em todas as jurisdições, as plataformas classificam os trabalhadores como “contratados independentes”, “trabalhadores independentes” ou equivalentes, ao invés de empregados. Essa classificação contradiz a relação de controle que existe, na qual as plataformas determinam termos de trabalho e pagamento e implementam métodos altamente eficazes de governança de rede. O resultado desse artifício contratual é que um número crescente de trabalhadores de “bicos” não é coberto pelas leis trabalhistas e, portanto, não é elegível para proteções e benefícios, como subsídio de doença ou férias e contribuições previdenciárias. As plataformas terceirizam os custos para os trabalhadores, como aluguel ou manutenção de veículos, seguros e

combustível. Os trabalhadores são responsáveis pelo cálculo e pagamento de impostos. A suposta flexibilidade para escolher o horário de trabalho é prejudicada por uma tendência de queda nos salários (impulsionada pelas plataformas que expandem rapidamente sua força de trabalho) e uma interface digital que recompensa aqueles que trabalham por mais tempo. Além disso, as plataformas não têm obrigação de garantir uma quantidade mínima de trabalho, com um excesso de oferta de força de trabalho levando a períodos de menor disponibilidade de emprego e maior tempo de espera não remunerado entre os trabalhos. Essa mesma oferta excessiva de força de trabalho significa que os clientes raramente têm que esperar pelos serviços que desejam. Combinados, todos esses fatores constantemente pressionam os trabalhadores a trabalhar em turnos mais longos, resultando em maiores riscos e potencialmente colocando em risco a si mesmos e aos outros, como no caso do sonolento motorista da *Ola*.

Nem a *Ola* nem o contexto indiano são únicos – exemplos similares de baixa remuneração, excesso de trabalho e exposição a riscos surgem de modo regular e globalmente em toda a “economia de bicos”. Essas condições podem e estão sendo tratadas de várias maneiras, inclusive por meio de regulamentação visando a formalização dos trabalhadores e as obrigações das plataformas. A base disso foi a ação coletiva vinda das bases, a organização dos trabalhadores e os esforços de terceiros para aumentar a conscientização do público e incentivar práticas mais justas.

Foi nesse espírito que em 2018 foi fundada a *Fundação Fairwork*, um projeto de pesquisa-ação baseado na Universidade de Oxford, como uma colaboração entre cientistas sociais e advogados trabalhistas que abordam práticas injustas na “economia de bicos”. Com base em evidências reunidas em mais de 300 trabalhadores em países da África, Ásia e Europa, desenvolvemos cinco princípios de trabalho justo em plataformas: remuneração justa, condições justas, contratos justos, gerenciamento



Os princípios do trabalho justo.
Crédito: Fundação Fairwork.



justo e representação justa.

Realizamos pesquisas (incluindo entrevistas com trabalhadores e gerentes de plataformas) em um ciclo anual para avaliar as plataformas de “economia de bicos” em relação a esses princípios. Em seguida, atribuímos a eles pontuações em 10, e exibimos suas pontuações tanto individualmente quanto comparativamente em uma tabela de “justiça”. Para fazer isso, definimos limites para cada um dos cinco princípios com base nas circunstâncias locais (por exemplo, “pagamento justo” é interpretado de maneira diferente em lugares diferentes). As plataformas com boa pontuação têm permissão para usar nosso *kitemark* para sinalizar que são um empregador mais justo.

Através desse trabalho, nosso objetivo é fornecer uma estrutura para trabalhadores, empresas, consumidores e reguladores imaginarem uma economia baseada em plataforma que cumpra sua promessa de oportunidades de emprego ampliadas, meios de subsistência sustentáveis e empoderamento dos trabalhadores.

Após a reclamação do passageiro, a Ola tomou medidas disciplinares e corretivas imediatas contra seu motorista fatigado, inclusive exigindo que ele comparecesse a uma sessão de aconselhamento. Mas talvez nem toda a culpa deva ser atribuída ao motorista. Não é possível aconselhar alguém a estar menos cansado ou menos dependente de uma fonte precária de renda. Se a Ola e plataformas como elas incorporassem proativamente os princípios da Fairwork à maneira como os trabalhadores são gerenciados, poderíamos ver resultados mais seguros e mais justos para os trabalhadores na “economia de bicos”. Os motoristas que recebem um salário líquido justo (pagamento) e que trabalham para plataformas

que não possuem estruturas de bônus integradas que recompensam o excesso de trabalho (condições), provavelmente optariam por desligar o aplicativo ao invés de aceitar outro emprego no final de um dia difícil. Nos casos em que as obrigações de pagamento são claramente comunicadas, os trabalhadores provavelmente pesariam suas opções cuidadosamente antes de assinar (contratos). Trabalhadores em plataformas com procedimentos de processo justos e responsivos (gerenciamento) poderiam apelar para ações disciplinares e ter seus casos ouvidos por um ser humano. E trabalhadores que são capazes de ter um órgão coletivo independente reconhecido por plataformas (representação) provavelmente poderão exigir um acordo mais justo em seus próprios termos. Ao invés disso, a Ola e a maioria das outras plataformas conseguiram terceirizar não apenas custos e riscos, mas também a responsabilidade por condições inseguras de trabalho para os trabalhadores.

Fundamentalmente, queremos reforçar através de nossos princípios que o trabalho inseguro e perigoso não é uma condição natural, necessária ou aceitável de uma economia moderna baseada em plataforma. Direitos trabalhistas duramente conquistados estão sendo minados por soluções inteligentes em cada vez mais setores. Embora a sensação de que não há alternativa esteja profundamente arraigada e as plataformas possam parecer intocáveis, elas são altamente sensíveis à percepção do público. Os usuários da plataforma (trabalhadores e consumidores) têm muito mais poder do que podemos imaginar ao vislumbrar e realizar um futuro do trabalho mais justo. ■

Contato com:
 Srujana Katta <srujana.katta@oii.ox.ac.uk>
 Kelle Howson <kelle.howson@oii.ox.ac.uk>
 Mark Graham <mark.graham@oii.ox.ac.uk>

> Capitalismo, classe, contenção

Por **Donatella della Porta**, Scuola Normale Superiore, Florença, Itália



Protestos em Hong Kong em 2019. Crédito: Studio Incendo / Flickr. Alguns direitos reservados.

O cinquentenário do “outono quente” de 1969, que fez sociólogos como Colin Crouch e Alessandro Pizzorno falarem de um “ressurgimento da luta de classes”, foi marcado pelo surgimento de uma onda global de protestos maciços, incluindo marchas de milhões de pessoas e desobediência civil, irrompendo contemporaneamente em lugares tão distantes como Líbano, Chile, Catalunha e Hong Kong. No “outono quente” de 2019, as lutas contra desigualdades extremas e elites corruptas ressoaram com os protestos anti-austeridade do início da década, bem como com o Movimento pela Justiça Global do início do milênio.

À medida que os protestos contra a austeridade periodicamente res-

surgiam, no final da década de 2010, mobilizações contra a violência contra as mulheres ou o aquecimento global assumiram alguns dos quadros das ondas anteriores, localizando essas questões dentro de uma crítica às relações sociais e políticas existentes. Redes fluidas conectam grupos, mobilizando frequentemente cidadãos pela primeira vez. Enquanto as *Sextas-feiras pelo futuro*, a *Rebelião de extinção* e *Ni Una Menos* convergiam questões de violência contra a natureza e as mulheres com exploração capitalista, as massivas mobilizações do outono quente de 2019 estavam enraizadas em divisões nacionais, mas também expressavam raiva pelo desenvolvimento capitalista global que aumentava as desigualdades e restringia direitos civis e liberdade política. A repressão às vezes brutal

>>

da desobediência civil nas ruas e nos tribunais alimentou mais protestos em um espiral de politização, com momentos de radicalização.

Embora o neoliberalismo e sua crise tenham causado muito descontentamento, frequentemente expresso em formas disruptivas de protesto, nos movimentos sociais o estudo do capitalismo enquanto conceito e tema de pesquisa foi marginal. O mesmo ocorreu com a análise de classes e o conflito de classes. Desde a Grande Recessão de 2008, no entanto, tem havido uma atenção crescente às bases estruturais dos conflitos sociais e suas expressões na política institucionalizada, mas também (e especialmente) na política contenciosa. Pressupostos bem estabelecidos sobre o papel das oportunidades políticas, mobilização e recursos de estruturação surgiram com a necessidade de serem atualizados, levando em consideração as condições socioeconômicas dos protestos. Como afirmo a seguir, para trazer o capitalismo de volta à análise dos protestos, precisamos juntar a literatura sobre movimentos sociais com contribuições críticas para a economia política do capitalismo neoliberal.

> **Transformações no capitalismo e novos movimentos sociais**

Pesquisas sobre movimentos trabalhistas apontaram para a transformação a longo prazo do capitalismo, levando ao declínio dos trabalhadores industriais e de sua consciência de classe, bem como da capacidade organizacional. Em consonância com isso, pesquisas empíricas em estudos de movimentos sociais abordaram a disseminação de clivagens fora das fábricas, a criação de novas identidades coletivas e a resistência às hierarquias da sociedade e do mercado. Especialmente desde a década de 1970, avaliando a divisão de classes como pacificada, alguns estudiosos do movimento social haviam de fato apontado pa-

ra o caráter pós-industrial e pós-materialista dos novos movimentos em que se concentraram.

Teorizando os chamados novos movimentos sociais, os trabalhos de estudiosos do movimento social como Alberto Melucci e Alain Touraine destacaram algumas das características dos movimentos sociais em uma sociedade programada (ou pós-industrial). Como o controle da informação constitui a principal fonte de poder social, esperava-se que os conflitos passassem do local de trabalho para áreas como pesquisa e desenvolvimento, elaboração de informações, ciência e tecnologia e mídia de massa. Os atores centrais do novo conflito não estavam mais ligados à produção industrial, mas ao uso e controle de recursos cognitivos e simbólicos. Nas sociedades contemporâneas, esperava-se que o investimento na criação de centros de ação autônomos individuais entrasse em tensão com a necessidade de uma integração mais estreita, mediante o aumento do controle sobre os próprios motivos da ação humana. Enquanto Touraine e Melucci adotaram uma visão sofisticada dos principais conflitos sociais e de seus portadores, dando peso ao desenvolvimento do que se poderia chamar de consciência de classe, a pesquisa empírica sobre a base social de “novos movimentos sociais” focou nas posições de classe dos manifestantes. Com tendência de generalização a partir de alguns movimentos e de alguns países, estudos apontaram para alguns cargos da classe média – por exemplo, trabalhadores de colarinho branco no serviço público – como mais propensos a participar de formas contenciosas do que, por exemplo, de colarinho azul trabalhadores.

> **O ressurgimento dos conflitos de classe**

Embora essas teorizações e análises empíricas tenham sido úteis para iluminar algumas características da política contenciosa em uma área específica do mundo, no momento

particular da expansão do Estado de Bem-Estar Social, as previsões do fim dos conflitos trabalhistas e do protesto como arena da classe média provou ser impreciso.

Primeiro, não apenas a forma ocidental do capitalismo provou não ser o modelo para o qual outras economias e sociedades se moveram, mas mesmo no capitalismo ocidental desenvolveu formas mais exploradoras do que o previsto pelos teóricos de uma sociedade programada. O declínio dos trabalhadores industriais não resultou no declínio da exploração do trabalho. Em vez disso, juntamente com a precarização das condições dos trabalhadores, observou-se uma proletarianização da classe média, com um declínio na autonomia e no salário em muitas profissões, bem como no trabalho de colarinho branco no setor de serviços. Como David Harvey apontou, referindo-se à análise de Karl Marx, o lucro através da especulação financeira cresceu como uma alternativa ao lucro através da produção, a fim de abordar os problemas do excesso de acumulação. Juntamente com formas de acumulação orientadas para a reprodução expandida, com parte da mais-valia reinvestida na produção, houve um crescimento da acumulação por desapropriação, remanescente da acumulação original de capital por meio da expansão de relações especiais com formações sociais não capitalistas.

Os conflitos ressurgentes em torno das condições de trabalho visavam problemas conectados, com o que Michael Burawoy classificou como movimentos sociais contra a remercantilização (o desaparecimento das proteções sociais que haviam sido alcançadas); movimentos sociais contra a mercantilização de novas áreas de atividade; e movimentos sociais contra a ex-mercantilização, definida como a expulsão de ex-mercadorias do mercado como, por exemplo, a expulsão de ex-trabalhadores do mercado de trabalho. Como a lógica da acumulação afeta as formas de mobilização coletiva,





Protestos no Chile em 2019. Crédito: Diego Correa / Flickr. Alguns direitos reservados.

podemos esperar que os protestos sigam lógicas diferentes, dadas as características específicas de um capitalismo financeiro que aumenta a fragmentação de classes.

> **Conflitos de classe no neoliberalismo tardio**

Além do debate sobre a tendência mais ampla na sucessão de formações sociais, processos cíclicos de médio prazo na evolução capitalista também devem ser considerados quando se olha para as condições para o ressurgimento do conflito de classes em um momento de crise do capitalismo neoliberal. Em sua grande obra, *A Grande Transformação*, Karl Polanyi destacou, no desenvolvimento capitalista, um duplo movimento entre proteção social e livre mercado. Como segunda grande transformação, o capitalismo neoliberal baseia-se na ideologia do domínio extremo do mercado sobre a sociedade, contra a dominação social do mercado.

No entanto, tendências comuns nos movimentos e contramovimentos de Polanyi estão incorporadas em diferentes tipos de capitalismo que coexistem nos mesmos períodos históricos. Em primeiro lugar, como a abordagem do sistema mundial apontou, o capitalismo assume várias formas em seu núcleo, semi-periferia e periferia. Estudos do movimento trabalhista criticaram a tendência de generalizar tendências geopolíticas específicas em nível global, mostrando que, embora os trabalhadores industriais possam estar em declínio no Ocidente, esse não é o caso em áreas do Sul Global. Segundo, Peter Hall, David Soskice e outros destacaram variedades de capitalismo, com economias de livre mercado, nas quais o mercado é o principal elemento de interação e relações, em oposição às economias de mercado coordenadas. Pesquisas recentes abordaram as diferentes adaptações das variedades do capitalismo na segunda Grande Transformação e sua

crise durante a Grande Recessão. O descontentamento assumiu diferentes formas, vinculadas às características específicas, época e intensidade da crise financeira e às respostas políticas a ela. No centro e na periferia, o que Beverly Silver descreveu como o tipo de luta de classe de Polanyi em defesa dos direitos antigos interage, em diferentes misturas, com movimentos sociais proativos que desafiam os sistemas de produção existentes.

> **A agência dos movimentos sociais**

Enquanto essas reflexões na economia política crítica fornecem percepções úteis para a análise das bases de classe dos conflitos sociais, a capacidade dos vários grupos sociais de construir organizações autônomas e ocupar posições de poder institucional são questões em aberto que os estudos de movimento social podem ajudar a abordar. Os estudos de movimento social podem, isto é, esclarecer como



movimentos antissistêmicos e/ou contramovimentos são criados por meio da agência e em um amplo contexto relacional. Ao fazer isso, eles podem contribuir para afastar a análise de classes de uma abordagem estruturalista, considerando o papel dos recursos para a mobilização e o papel de uma dimensão política autônoma.

Antes de tudo, enquanto os estudiosos do Novo Movimento Social falavam de um momento diferente no desenvolvimento capitalista, eles chamaram a atenção para os determinantes estruturais dos conflitos, ao mesmo tempo em que destacavam a importância dos processos de identificação. Nesse sentido, eles argumentaram contra a interpretação estruturalista do marxismo, que abordagens neo ou pós-marxistas contribuíram em parte para a superação sem, contudo, investir muita pesquisa no desenvolvimento específico de recursos organizacionais e ideacionais que explicam a mudança da estrutura para a ação.

Sobre isso, alguns elementos apontados pelas abordagens do Novo Movimento Social permanecem relevantes para a compreensão dos conflitos contemporâneos. Por exemplo, a importância do controle do conhecimento em oposição ao declínio da propriedade material dos meios de produção, ou a rejeição de uma concepção hierárquica do público nos Estados de Bem-Estar em favor de uma definição dos bens comuns, permanece importante na mobilização de hoje. Não por acaso, as recentes análises marxistas dos movimentos sociais em tempos neoliberais, como o de Colin Barker, referem-se amplamente a Melucci e Touraine,

em particular quando enfatizam a importância do conhecimento para discursos de resistência baseados no reconhecimento de necessidades radicais e a superação do senso comum dominante. Além disso, pesquisas sobre ondas longas em políticas contenciosas sublinham o papel do acúmulo de recursos simbólicos e materiais de resistência ao capitalismo, a consolidação de repertórios específicos de protesto e a estabilização de canais institucionais, bem como alianças e redes.

Como é visível em estudos recentes, os desenvolvimentos econômicos conjunturais, mas também políticos, da crise, suas formas e intensidade, tiveram efeitos relevantes nas formas e na intensidade da contenção. Análises comparativas dos movimentos sociais na periferia europeia desafiaram hipóteses generalizadas nos estudos da sociologia do trabalho e dos movimentos sociais de que movimentos progressivos florescem em tempos de abundância, quando os trabalhadores são estruturalmente fortes, e o crescimento econômico implicamargensmaisaltasparainvestir lucros em maiores salários e impostos para apoiar despesas com assistência social. Tais análises mostraram que foi onde a crise foi mais forte, em particular em países como Islândia, Grécia e Espanha, que desencadeou níveis mais altos de atividade, com novos repertórios de ação, formas e reivindicações organizacionais e foi capaz de alcançar sucesso político. No entanto, a reflexão sobre os diferentes desafios para atores contenciosos em tempos de abundância versus tempos de crise permanece relevante. Como algumas pesquisas sobre o ativismo trabalhista apontaram, as crises podem realmente ser superadas

através da criação de recursos de solidariedade durante os protestos. As longas greves ou ocupações da fábrica, como acampar nas praças ou piquetes dos desempregados que caracterizaram os protestos anti-austeridade, são de fato analisados como uma reação à crise que cria idéias e práticas inovadoras. Nas “crises orgânicas” de Gramsci como crises de hegemonia da classe dominante, sob algumas condições políticas e sociais, a militância local pode convergir para um movimento social mais amplo.

> Observações finais

Para concluir, uma visão estruturalista das classes tende a ignorar as maneiras pelas quais as oportunidades políticas mediam os efeitos socioeconômicos, bem como os processos de mobilização de recursos, este que é o foco dos estudos do movimento social. A ligação de estudos de movimento social com economia política (crítica) é crucial para compreender a variedade, intensidade e a afinidade dos movimentos sociais que se mobilizaram em regiões distintas do mundo com temporalidades diferentes em oposição à crise do capitalismo neoliberal. Para fazer isso, a teoria do movimento social deve se envolver mais com análises críticas da transformação capitalista que investigam os processos atuais de acumulação e exploração. Ao mesmo tempo, a análise das transformações estruturais do capitalismo pode se beneficiar da teoria do movimento social: chama a atenção para a mobilização de seus descontentamentos. ■

Contato com Donatella della Porta
<donatella.dellaporta@sns.it>

> Homenagem ao principal marxista da África, Samir Amin

Por **Vishwas Satgar**, Universidade de Witwatersrand, África do Sul, e membro dos Comitês de Pesquisa da ISA sobre Economia e Sociedade (RC02) e Movimentos Laborais (RC44)



Samir Amin em Berlim, 2016.
Crédito: Flickr. Alguns direitos reservados.

Samir Amin faleceu em 12 de agosto de 2018. A história intelectual da África no século XX não estará completa sem o reconhecimento de suas contribuições. Seu itinerário intelectual se cruzou com momentos-chave na construção da África moderna: (i) a ascensão do nacionalismo árabe; (ii) a curva à esquerda na África pós-colonial, incluindo a ascensão do socialismo africano e do socialismo científico; (iii) controle neocolonial por dependência; (iv) a derrota do panafricanismo no contexto do ajuste estrutural e da Guerra Fria; e (v) a construção de uma África globalizada; Amin viveu esses momentos, estudou-os e se envolveu intelectualmente com eles.

Amin escreveu como marxista independente, baseando-se em uma agenda de pesquisa enraizada em sua dissertação de doutorado (1957), focada no subdesenvolvimento e seus mecanismos - mais tarde publicada como *Accumulation on a World Scale – A Critique of the Theory of Underdevelopment* (1974). Amin era um intelectual transgressor, nunca restrito a limites disciplinares. Ele fez contribuições pioneiras à teoria marxista, análise de sistemas mundiais, teoria do desenvolvimento, análises conjunturais da geopolítica global, propostas estratégicas e revisou consistentemente o caso do socialismo. A sociologia se beneficiou das contribuições de Amin, que ao mesmo tempo são reivindicadas pela economia, relações internacionais, teoria pós-colonial, estudos de desenvolvimento e várias outras disciplinas. No contexto africano, Amin co-fundou o Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências

Sociais na África (CODESRIA), em 1973, e serviu como seu Secretário Executivo fundador. Esta instituição fez uma marca em pelo menos três gerações de cientistas sociais e fez uma diferença crucial para o avanço da comunidade de ciências sociais da África.

Como marxista, Amin nunca foi cativo à ortodoxia. Sua abordagem para Marx era sobre aprender com Marx; Marx foi um ponto de partida, mas o método marxista exigia dar “respostas marxistas para os desafios presentes”. Isso exigiu inovação conceitual na teoria do capitalismo e do materialismo histórico de Marx. Nesse sentido, Amin não abordou o capitalismo com uma definição abstrata que privilegiava a relação capital-trabalho. Para Amin, tal abordagem terminou em economismo e em uma visão “estágio” da evolução das periferias, o que significa que as “periferias atrasadas” devem alcançar os centros avançados. Em vez disso, ele acreditava que era importante pensar no capitalismo como um sistema mundial, como a principal unidade de análise e no mais alto nível de abstração. Isso exigia entendimentos históricos do capitalismo, análise concreta do imperialismo contemporâneo e análises conjunturais. Isso levou Amin a inovar na concepção de valor de Marx e a ir além para localizá-la no capitalismo global. Ele desenvolveu uma concepção de renda imperial, desenvolvimento desigual e polarização global como inerente ao sistema capitalista mundial. No centro de sua teoria do imperialismo está sua concepção da fase global do capitalismo monopolista, com seus cinco monopólios de armas de destruição em massa, tecnologia, fluxos

financeiros, recursos planetários e comunicações. A partir dessa perspectiva, “recuperar o atraso” das periferias era uma ilusão.

Em um momento em que as universidades no Norte e no Sul globais estão enfrentando o desafio da descolonização, a contribuição de Samir Amin de um marxismo não eurocêntrico é crucial e pioneira. Ele também fornece uma ponte e uma base para o diálogo daqueles que desejam, em seu zelo descolonizante, negar todo o marxismo enquanto pensamento eurocêntrico. Amin desafiou o momento eurocêntrico dentro de Marx, a historiografia do capitalismo e a modernidade ocidental. Ele fez isso inovando a ideia do “modo tributário de produção” e historicizou essa categoria em uma seqüência histórica que demonstrava como a Europa era a periferia da civilização pré-capitalista. A Europa chegou atrasada à civilização e, devido à sua transição variada do feudalismo para o capitalismo, que interrompeu a centralização do excedente, foi capaz de se desenvolver da mesma maneira. A Europa não se desenvolveu devido ao gênio branco e ao excepcionalismo. Havia contingências históricas implicadas na reformulação do sistema mundial a partir do século XVI. Amin também desafiou o eurocentricismo e sua imbricação com o economismo, defendendo a centralidade da aliança operária e camponesa nas periferias do capitalismo. A análise e a política marxistas de classe não devem reduzir a agência política ao proletariado industrial. Além disso, os prescientes e antigos prognósticos de Amin em *Empire of Chaos* (1992), segundo os quais o bloco da Europa e do Japão, liderado pelos EUA, não pararia em de reproduzir e expandir seus mercados capitalistas, sublinha ainda mais o imperativo da descolonização.

A concepção estratégica de Samir Amin de desvinculação, que não era sobre autarquia, também forneceu uma base para projetos populares nacionais em países e regiões, para garantir que o projeto soberano fosse moldado por imperativos descolonizantes. Assim, para Amin, a questão central era o controle da relação entre os países da periferia e o capitalismo global. Amin não apoiou ajustes nos termos dos monopólios globais e dos centros. Portanto, em sua opinião, liberalizar os controles cambiais, os bancos privados e a agricultura globalizada, por exemplo, eram todos contra o desenvolvimento nacional.

Em essência, desvinculação é sobre um projeto nacional-popular moldado por três tendências: estatista, capitalista e socialista. Amin imaginou essas tendências sustentadas por uma aliança de classes (e, no caso da periferia, uma aliança de trabalhadores e camponeses) que liderou esse projeto. Cada uma dessas tendências colidiria, contradizeria e se contestaria para moldar a direção do projeto popular nacional. De sua perspectiva evolutiva sobre o desdobramento, ele claramente estabeleceu várias condições necessárias para o desdobramento.

Primeiro, um projeto nacional que privilegie as necessidades das pessoas é crucial. Isso não deve ser comprometido pelo relacionamento com o capitalismo global. Um exemplo crucial a esse respeito é a soberania alimentar. Amin apoiou política e intelectualmente uma perspectiva agrária na qual camponeses, pequenos agricultores e consumidores controlavam o sistema alimentar. Desde 1996, a Via Campesina, o maior movimento camponês do planeta, com mais de 200 milhões de membros, está na vanguarda do avanço da soberania alimentar como resposta à desapropriação associada ao regime alimentar global controlado por monopólio. Amin adotou a soberania alimentar como crucial para uma abordagem estratégica de desvinculação. Essa posição também é crucial para a maneira como pensamos na descarbonização em um mundo em aquecimento.

Segundo, a desvinculação precisava ter uma dimensão regional ou sub-regional. Para Amin, embora o país fosse o local central para a desvinculação, isso deveria ocorrer em um contexto no qual grandes blocos econômicos e políticos construíam relações, por exemplo, na África Austral ou na África Ocidental, mas mesmo em escala em toda a África. Essa harmonização da regionalização também consistiu em construir internamente o poder necessário para controlar as relações com o capitalismo global. Isso significava que desvincular também se tratava de um tipo diferente de globalização que era movida de baixo, e não por classes dominantes, monopólios globais e a tríade liderada pelos EUA.

Terceiro, desvincular também era realizar um descentramento de poder no sistema mundial. Um conceito conjugado à ligação e central à sua realização é a ideia de um mundo policêntrico. Tal noção prevê que o poder seja redistribuído pelo internacionalismo. Na época de Amin, entre 1955 e 1975, o Movimento Não Alinhado foi crucial para realizar um mundo tão policêntrico. No entanto, após sua derrota e a reversão da solidariedade do Terceiro Mundo, Amin, nos últimos anos de sua vida, começou a defender a Quinta Internacional dos Povos e Trabalhadores. Amin começou a criticar os limites do Fórum Social Mundial e estava buscando uma nova base para a solidariedade internacional, baseada em uma apreciação crítica do internacionalismo histórico. Sua proposta está sendo seriamente engajada em vários setores, dada a crescente ameaça de direita no mundo e o agravamento das crises sistêmicas do capitalismo global, incluindo a crise climática.

No contexto africano, aqueles que conheciam Samir Amin e pensavam no mundo em diálogo com seu pensamento são desafiados por sua perda de maneira muito profunda. Issa Shivji, uma importante cientista social africana, capta essa realidade da seguinte forma: “*Um Baobá caiu*”. ■

Contato com Vishwas Satgar <Vishwas.Satgar@wits.ac.za>

> I. Wallerstein: um sociólogo e intelectual imponente

Por **Sari Hanafi**, Universidade Americana de Beirute, Líbano e Presidente da ISA (2018-2022), e **Stéphane Dufoix**, Universidade de Paris Nanterre e Instituto Universitário da França, e membro do Comitê de Pesquisa da ISA sobre História da Sociologia (RC08)



Immanuel Wallerstein na Universidade Europeia de São Petersburgo, 2008. Foto de Alexei Koupryanov / Creative Commons.

Muitos eventos têm incomodado nossa comunidade sociológica nos últimos meses. Três sociólogos de destaque faleceram: Immanuel Wallerstein, Aníbal Quijano e Erik Olin Wright. A Associação Internacional de Sociologia (ISA) é particularmente grata a Wallerstein, que foi seu presidente entre 1994 e 1998. Ele é o autor da

célebre obra-prima de quatro volumes *The Modern World-System*, que propõe a análise de sistemas mundiais para contestar a teoria dominante da modernização – análise que permanece tão convincente hoje quanto na década de 1970, quando ele começou a escrever. Argumentando que o econômico, o político e o sociocultural não são arenas autônomas de ação social e apelando para que

>>

todas as análises sejam simultaneamente históricas e sistêmicas, ele centrou novamente a sociologia em torno da história comparada, da economia política e das teorias do capitalismo, fornecendo as bases para a sociologia anticolonial e pós-colonial.

Sua imensa contribuição organizacional foi “abrir” a ISA estabelecendo contato direto com seus membros, iniciando uma tradição de cartas presidenciais aos membros e organizando conferências regionais que cultivavam novas gerações de sociólogos que mais tarde se tornariam líderes de suas sociologias nacionais bem como da ISA.

Traduzidos para vários idiomas, os livros de Wallerstein testemunham sua influência em todo o mundo. No mundo árabe, cinco de seus livros e muitos de seus artigos foram traduzidos, e sua amizade com o teórico da dependência Samir Amin fez dele um dos heróis do mundo árabe. Essa situação é complexa de se analisar. À primeira vista, em livros importantes como *Unthinking Social Science* (1991) ou no relatório da Comissão Gulbenkian sobre a reestruturação das ciências sociais que ele presidiu (1996), poucos cientistas sociais não ocidentais são citados (Samir Amin no primeiro, e Engelbert Mveng no segundo). No entanto, uma análise mais detalhada mostra que o Centro Fernand Braudel que ele dirigiu na Universidade de Binghamton era um local onde vários cientistas sociais latino-americanos do grupo Modernidade/Colonialidade (como Aníbal Quijano, Enrique Dussel, Walter Mignolo e Ramón Grosfoguel) encontraram um refúgio ou pelo menos um local para apresentar suas análises durante os anos 90. Além disso, em seu discurso presidencial de 1998 antes do XIV Congresso Mundial de Sociologia em

Montreal, o segundo desafio (dentre seis) à tradicional “cultura da sociologia” era dirigido ao eurocentrismo e citou longamente o trabalho do sociólogo egípcio e francês Anouar Abdel-Malek.¹

Já em 1971, considerando que as divisões disciplinares estabelecidas no final do século XIX “não serviam mais a fins heurísticos”², Wallerstein pedia a união das ciências sociais com as Ciências Humanas e a História. Ele incentivou a sua recriação ao aceitar que “a racionalidade envolve a escolha de uma política moral e que o papel da classe intelectual é iluminar as escolhas históricas que coletivamente temos”, como ele colocou em *The End of the World as We Know It: Social Science for the Twenty-First Century*. Sem essa “racionalidade substantiva”, ele argumenta, os cientistas sociais se tornarão socialmente irrelevantes. Em seu último comentário, em 1º de julho de 2019, ele nos incentivou a sermos relevantes: “O mundo pode se perder ainda mais. Ou talvez não. Eu indiquei no passado que achava que a luta crucial era uma luta de classes ... O que aqueles que estarão vivos no futuro podem fazer é lutar consigo mesmos para que essa mudança seja real”.

Ele acreditava em uma crise terminal do capitalismo, mas esse intelectual imponente nos deixou muito antes que um mundo melhor pudesse ser possível. ■

1. Wallerstein, I. (January 1999) “The Heritage of Sociology, the Promise of Social Science.” *Current Sociology* 47(1): 1-37.

2. Wallerstein I. (November 1971) “There is No Such Thing as Sociology.” *The American Sociologist* 6(4): 328.

Contato com:

Sari Hanafi <sh41@aub.edu.lb>

Stéphane Dufoix <stephane.dufoix@wanadoo.fr>

> I. Wallerstein: dando nova coerência à sociologia

Por **Frank Welz**, Universidade de Innsbruck, Áustria e membro dos Comitês de Pesquisa da ISA sobre História da Sociologia (RC08) e Teoria Sociológica (RC16), e **Anand Kumar**, Bolsista Sênior, Museu e Biblioteca Memorial Nehru, Nova Délhi, Índia

“Ele deu primazia à necessidade de ser um sociólogo engajado, não apenas como pesquisador, mas também como professor de sociologia”

Refletindo sobre o Congresso Mundial de Sociologia da ISA de 2018 na *Canadian Review of Sociology*, Frédéric Vandenberghe e Stephan Fuchs enfatizaram que “a sociologia se foi”. Para eles, uma disciplina fragmentada perdeu o seu núcleo e a sua identidade. Uma das vozes globais mais fortes contra a fragmentação e especialização da sociologia foi Immanuel Wallerstein. Sua morte, em 31 de agosto de 2019, aos 88 anos, é uma grande perda para as ciências sociais. O ônus da responsabilidade agora foi passado a nós – a comunidade global de sociólogos –, mas, felizmente, também a herança acadêmica deixada por ele, que é imensa. Tendo se inspirado nas idéias centrais de Immanuel Wallerstein desde o final da década de 1970 (quando Anand Kumar estudou sob sua orientação em Binghamton) através de uma longa série de reuniões (em 1999, nós o entrevistamos em Paris por vídeo¹), tentaremos apresentar algumas de suas idéias que achamos mais relevantes para a sociologia contemporânea.

Primeiro, com relação à unidade de análise: enquanto a sociologia internacional debatia o “nacionalismo metodológico” da sociologia na virada do novo século (por exemplo, U. Beck, D. Chernilo), Wallerstein já havia substituído a unidade de análise social-científica na década de 1960, quando ele decidiu que não poderia estudar a África Ocidental pós-colonial como sociedades nacionais, mas apenas como parte de um sistema mundial histórico – o ponto de partida de onde ele desenvolveu seu livro de quatro volumes, *O sistema mundial moderno*. Segundo, visando o nosso método (epistemologia) de entender o social, o apelo inicial de Wallerstein por uma ciência social relacional tornou-se um desafio importante e promissor para as ciências sociais. Com base na ciência da complexidade de Ilya Prigogine, na década de 1990, Wallerstein começou a argumentar que as ciências naturais e as humanidades encontrariam um novo terreno comum nas ciências sociais (trazendo a sociologia de volta ao centro) substituindo a visão de mundo newtoniana da repetição, da estabilidade e do equilíbrio pela nova visão dos estudos de complexidade de um mundo histórico de instabilidade, evolução e

flutuação. Seguindo essa visão, a determinação da economia neoclássica em um equilíbrio geral está errada. Além disso, nossa prática tradicional de separar o econômico (da economia), o político (da ciência política) e a sociocultural (da sociologia ou das humanidades) está errada. A análise de um fenômeno deve necessariamente levar em conta sua criação relacional pelos outros. Por exemplo, etnia não pode ser simplesmente considerada como uma herança cultural do passado, mas ao mesmo tempo como a junção de um modo estratégico imposto de cima dentro de uma sociedade para organizar (economicamente) os estratos mais baixos e (politicamente) como um modo de resistência, vindo de baixo para cima². Terceiro, a agenda oculta por trás da ênfase de Immanuel Wallerstein nas pressuposições epistemológicas e ontológicas da sociologia era seu compromisso de fortalecer a coerência e a eficácia de nossa disciplina. Já na década de 1990, como presidente da ISA, ele criticou a contínua divisão da sociologia em seções cada vez menores, que só poderiam ser superadas com a repensação das fontes intelectuais comuns da sociologia.

Finalmente, ele deu primazia à necessidade de ser um sociólogo engajado, não apenas como pesquisador, mas também como professor de sociologia. Ele fez isso sendo um participante consistente, como “intelectual orgânico” nos movimentos por justiça e harmonia – desde os protestos anti-guerra da década de 1960 até a resistência anti-*apartheid* das décadas de 1970 a 1980, e às assembleias do Fórum Social Mundial, da África à América Latina. Em suma, Immanuel Wallerstein será lembrado como um grande mestre que não apenas enfrentou os limites da “sociologia ocidental” na década de 1960, mas também revitalizou a sociologia no próximo meio século, estabelecendo um conjunto de novos conceitos, teorias e métodos (abordagem do sistema mundial moderno) para entender melhor a dinâmica da sociedade humana – particularmente entre “o longo século XVI” e o turbulento século XX. ■

1. Entrevista com Immanuel Wallerstein por Anand Kumar and Frank Welz, 1999, <https://www.youtube.com/playlist?list=PL49D592A64200367F>.

2. Kumar, A. and Welz, F. (2001) “Culture in the World-System. An interview with Immanuel Wallerstein.” *Social Identities. Journal for the Study of Race, Nation and Culture* 7(2): 221-231.

Contato com:
Anand Kumar <anandkumar1@hotmail.com>
Frank Welz <frank.welz@uibk.ac.at>

> A caravana de migrantes

como estratégia de mobilidade na América Central

Por **Veronica Montes**, Bryn Mawr College, EUA



Migrantes no estádio Jesus Martinez, na Cidade do México. Crédito: Veronica Montes.

Em uma tarde de primavera em maio de 2019, vi Lucia e Hector mais uma vez. Foi a terceira vez que os vi durante um período de seis meses. Desta vez, eles estavam na cidade fronteiriça EUA-México de Tijuana. Lucia e Hector fizeram parte dos milhares de migrantes da América Central que, em outubro e novembro de 2018, cruzaram o território mexicano como parte da chamada caravana da América Central. Os migrantes usaram essa caravana como uma estratégia de mobilidade para chegar à fronteira EUA-México. A primeira vez que conheci Lucia e Hector foi na Cidade do México em 5 de novembro de 2018, durante minha visita ao estádio que serviu de abrigo para os milhares de participantes da caravana que começaram a chegar à cidade em 3 de novembro.

A primeira caravana – havia quatro no total em 2018 – partiu em 12 de outubro da cidade de San Pedro Sula, Honduras, e chegou a Tijuana, México, em 12 de novembro. Migrantes da América Central que cruzam o território mexicano buscando chegar aos Estados Unidos não são novidade. Segundo Marta Sánchez Soler, coordenadora do Movimento Mesoamericano de Migrantes (MMM), cerca de 800 a 1000 migrantes da América Central entram no México diariamente. Estima-se que em 2014, por exemplo, aproximadamente 392.000 migrantes da América Central cruzaram o território mexicano, com um número diminuindo ligeiramente para 377.000 em 2015. Se a presença de centro-americanos cruzando o território mexicano não é um fenômeno novo, por que a caravana migrante atrai tanta atenção nacional e internacionalmente?

As organizações de direitos humanos demonstraram que os sequestros em massa se tornaram um sistema permanente de extorsão em larga escala contra migrantes no México. Em seu livro *Violencias y migraciones centroamericanas en México*, Maria Dolores París Pombo afirma que os migrantes são explorados nos mercados criminais e sexuais ao longo da rota migratória entre as fronteiras Sul e Norte do México. Nesse contexto, a visibilidade de milhares de migrantes da América Central foi a estratégia de mobilidade que lhes permitiu viajar pelo território mexicano de maneira segura, economicamente acessível e rápida para alcançar a fronteira entre o México e os Estados Unidos. Assim, embora a formação de uma caravana como estratégia de mobilidade para atravessar o território mexicano não fosse nova, desta vez uma combinação de fatores a tornou diferente. Primeiro, havia o grande número e heterogeneidade de pessoas – famílias jovens, mães solteiras com filhos, jovens solteiros, menores desacompanhados, LGBTQ e um número significativo de idosos e deficientes – que rapidamente se juntaram à caravana. Segundo, houve a rapidez de sua organização. Terceiro, houve a determinação de milhares de centro-americanos de percorrer as principais estradas, exigindo seu direito ao trânsito livre e seguro através do território.

Por que essas pessoas deixaram suas casas, arriscando a vida de suas famílias e partindo para a fronteira EUA-México? A resposta é complexa e cada país da região da América Central tem sua própria história por trás. Um relatório recente intitulado *“Disorder by design: a manufactured U.S. emergency and real crisis in Central America”*, publicado pelo Comitê Internacional de Resgate, lança alguma

>>



Tentando manter os migrantes informados sobre seus direitos e alternativas. Crédito: Veronica Montes.

luz sobre os antecedentes que levaram à migração. O relatório afirma que os solicitantes de asilo salvadorenhos que chegaram aos EUA chegaram com severos níveis de estresses psicossociais que foram agravados através das gerações, à medida que as famílias enfrentavam décadas de guerra civil, violência estatal, pobreza, desastres naturais e, mais recentemente, gangues difundidas e violência indiscriminada. Uma história semelhante é compartilhada pela Guatemala com uma história de uma guerra civil de 36 anos – de 1960 a 1996 – com um número de mortos em aproximadamente 200.000 pessoas, a maioria descendentes de indígenas. Para Honduras, os pontos críticos foram o alto nível de corrupção, o golpe de Estado de 2009, a pobreza e a extrema violência de gangues que levaram milhares de hondurenhos a fugir de seu país. Nessas circunstâncias, a vida se tornou insuportavelmente perigosa e empobrecida para milhões de centro-americanos.

Em 11 de novembro, o primeiro grupo de cerca de 300 pessoas da caravana começou a chegar em Tijuana. De acordo com um relatório do Colegio de la Frontera Norte (COLEF), um instituto de pesquisa localizado em Tijuana, estimou-se que cerca de 6.000 pessoas ficaram em um complexo esportivo que foi habilitado pelo governo municipal. Em um relatório divulgado em 13 de dezembro, o COLEF discutiu cinco cenários possíveis para os centro-americanos ainda em Tijuana: (1) buscar asilo nos EUA; (2) solicitar o status de refugiado no México; (3) permanecer em Tijuana e encontrar um emprego; (4) sofrer repatriamento voluntário ou forçado para seus países de origem; e (5) cruzar a fronteira EUA-México clandestinamente. A esta lista, adiciono um sexto cenário: mudar para outra cidade fronteiriça EUA-México. Esta última possibilidade foi a escolha de Lucia e Hector. A segunda vez que vi Lucia e Hector foi em Tijuana no final de novembro de 2018, várias semanas antes de deixarem Tijuana para Reynosa, Tamaulipas – uma viagem de 1.112 milhas e para uma das cidades fronteiriças mais perigosas do México – na esperança, de acordo com eles, de conseguir um emprego no setor de construção civil naquela cidade.

Várias lições podem ser extraídas da caravana de 2018. Primeiro, como estratégia de mobilidade, a caravana representava a dualidade entre a visibilidade que ela conferia aos milhares de centro-americanos que cruzavam o território mexicano e a invisibilidade desses migrantes, uma vez presos na fronteira EUA-México. Segundo, enquanto a mobilização coletiva de pessoas que ingressaram na caravana foi um dos fatores decisivos que os ajudaram a chegar à fronteira, hoje, essa mobilização coletiva se foi quando as pessoas se dispersaram para Tijuana e outras cidades fronteiriças do México em busca de sua própria sobrevivência. Isso coloca os membros da caravana em uma posição altamente vulnerável. Terceiro, essa caravana revelou ao mundo a crise migratória que existe na região da América Central. Estima-se que o número de migrantes da América Central que chegam à fronteira EUA-México pode alcançar um milhão até o final de 2019. Quarto, o governo mexicano enfrenta uma situação complexa como resultado dessa crise migratória da América Central. A fronteira Sul do México não tem infraestrutura para cuidar de milhares de migrantes – centro-americanos, africanos, cubanos, haitianos e outros migrantes transcontinentais – que estão presos lá esperando para continuar seu caminho até a fronteira Norte. Enquanto isso, na fronteira norte do México, os abrigos para migrantes estão superlotados com os milhares de migrantes que conseguiram chegar e estão esperando cruzar para os EUA para solicitar asilo ou, no pior dos casos, para atravessar clandestinamente para os Estados Unidos. Por fim, hoje milhares de migrantes da América Central enfrentam incerteza e vulnerabilidade no México e nos EUA. Em muitos casos, eles sobrevivem graças à empatia, solidariedade e compaixão de indivíduos e organizações da sociedade civil que apoiam e ajudam pessoas como Lucia e Hector em sua busca por uma vida melhor. ■

Contato com Veronica Montes <vmontes@brynmawr.edu>

> Buffalo, NY:

boas práticas no reassentamento de refugiados

Por **Aysegül Balta Özgen**, Centro de Estudos de Etnia, Raça e Imigração da Universidade da Pensilvânia, EUA e membro do Comitê de Pesquisa da ISA em Sociologia da Migração (RC31)

Condado de Erie: Os 14 principais países de origem para imigrantes e refugiados de 2008 a 2016

| País da origem | Número total (2008-2016) |
|--------------------------------|--------------------------|
| Afganistão | 140 |
| Burma | 4.057 |
| Butão | 1.888 |
| Burundi | 79 |
| Congo | 56 |
| República Democrática do Congo | 958 |
| Cuba | 96 |
| Etiópia | 77 |
| Eritreia | 321 |
| Iraque | 1.322 |
| Irã | 54 |
| Somália | 1.851 |
| Sudão | 176 |
| Síria | 280 |

Buffalo Brief, fevereiro de 2018, Parceria para o bem público (PPG).

Os EUA têm um sistema bem estabelecido de reassentamento de refugiados desde a Lei de Refugiados de 1980. O Departamento de Segurança Interna e o Departamento de Estado coordenam a admissão de refugiados no país, e o Escritório de Reassentamento de Refugiados do Departamento de Saúde e Recursos Humanos coordena a prestação de serviços após a chegada, juntamente com nove agências voluntárias. Até os cortes do presidente Trump nos últimos dois anos, os EUA sempre foram o maior país de reassentamento do mundo, admitindo cerca de 90.000 refugiados a cada ano. Os refugiados são admitidos permanentemente e estão em uma via rápida para a cidadania. Ao contrário de outras categorias de imigrantes, eles são imediatamente elegíveis a dinheiro e assistência médica, entre outros benefícios públicos.

> Por que cidades médias e menores?

As nove agências voluntárias mencionadas acima estão em um acordo de cooperação com o Departamento de Estado, e

seus representantes se reúnem frequentemente para analisar cada caso de refugiado que chega. Eles consideram fatores como a existência de família já nos EUA, disponibilidade de intérpretes, moradia, aulas de inglês e serviços de emprego para decidir onde cada refugiado será reassentado. Enquanto grandes cidades metropolitanas, como Nova Iorque e Los Angeles, são destinos típicos de imigrantes, recentemente mais e mais cidades de médio e pequeno porte estão sendo preferidas para o reassentamento de refugiados. As cidades menores são mais acessíveis, têm mais moradias disponíveis e muitas delas precisam de um aumento populacional para fins econômicos.

Buffalo, no estado de Nova Iorque, é uma das cidades de médio porte onde desde 2006 os refugiados são cada vez mais reassentados. Embora o processo de reassentamento tenha sido desafiador no começo, agora Buffalo se tornou um exemplo de boas práticas. Além disso, os refugiados desempenham um papel importante na atual revitalização da cidade.

Buffalo é uma cidade típica do Cinturão da Ferrugem – região do Centro-Oeste e Nordeste dos EUA, conhecida pela indústria pesada, especialmente as fábricas de aço e ferro, no século XIX e na primeira metade do século XX. Por causa da desindustrialização, globalização econômica e automação, cidades como Buffalo, Cincinnati, Cleveland, Dayton, Detroit, Pittsburgh e St. Louis declinaram populacional e economicamente. Tendo perdido metade de sua população desde a década de 1950, Buffalo tem uma estimativa populacional de 256.000 e uma alta taxa de pobreza de 30,9% em julho de 2018. A área de Buffalo-Niagara Falls é a oitava mais segregada racialmente no país, e há enormes desigualdades econômicas entre a cidade e os subúrbios. Semelhante a muitas outras cidades do Cinturão da Ferrugem, Buffalo agora está passando por repovoamento em grande parte graças a imigrantes e refugiados. Sem o crescimento da população estrangeira, a redução geral da população de Buffalo entre 2000 e 2014 teria sido de 4,7% ao invés de 3,3%.

Desde 2002, mais de 15.000 refugiados foram reassentados em Buffalo. No entanto, o número real de refugiados é maior por causa da migração secundária: refugiados que são inicialmente reassentados em outras cidades depois se mudam para Buffalo por causa de moradias populares e fortes redes de apoio comunitário. Os cinco principais países de origem são Birmânia, Somália, Butão, Iraque e República Democrática do Congo. As populações de imigrantes e refugiados concentram-se no lado Oeste da cidade, onde a taxa de população nascida no exterior aumentou para 16% em 2017.



> Quem são os atores?

Quatro agências de reassentamento em Buffalo – Instituições de Caridade Católicas, Serviços da Família Judaica, Serviços para Refugiados da Journey's End e Instituto Internacional de Buffalo – são responsáveis pelo serviço de acolhimento e colocação de refugiados nos três meses iniciais nos EUA. Os assistentes sociais encontram um apartamento e o fornecem antes que os refugiados cheguem, os recebem no aeroporto, iniciam serviços públicos com seu nome, inscrevem-se no serviço de assistência pública e de previdência social, matriculam seus filhos na escola, criam uma conta bancária, agendam consultas para assistência médica e os ensinam a usar o transporte público. Eles oferecem aulas de inglês, serviços de emprego, interpretação e aconselhamento jurídico. No entanto, as agências de reassentamento não recebem muito financiamento do governo para serviços além de 90 dias, e a expectativa é que os refugiados sejam autosuficientes no final desse período.

Essas quatro agências de reassentamento não são os únicos atores que trabalham com refugiados em Buffalo. Existem muitas outras organizações sem fins lucrativos, incluindo organizações comunitárias étnicas/religiosas dos próprios refugiados, o escritório do prefeito, escolas e universidades e a mídia local, que criam um ambiente acolhedor para os refugiados em Buffalo. Eles são especializados em diferentes áreas, colaboram entre si e encaminham os clientes para onde eles possam ser melhor atendidos. Essa colaboração eficiente de todas as partes interessadas ajuda a tornar Buffalo um bom caso no reassentamento.

Os refugiados não são apenas pessoas com necessidades a serem atendidas; depois de se ajustarem à nova vida, contribuem significativamente para as comunidades. Eles repovoam bairros e escolas vazios, compram casas e as reformam, estabelecem novos negócios, mantêm a força de trabalho viável e pagam impostos. Semelhante a muitas outras cidades revitalizantes do Cinturão da ferrugem, há uma narrativa generalizada entre os líderes da cidade e a mídia de que os refugiados são bons para a revitalização de Buffalo. Obviamente, somente os refugiados não podem salvar a cidade, e há um aumento de projetos de desenvolvimento, como um projeto de desenvolvimento à beira-mar, um consórcio universidade-hospital e outras reformas urbanas e habitacionais. No entanto, os refugiados são celebrados por seu papel na estabilização econômica e na reconstrução, especialmente do lado Oeste de Buffalo, aumentando o senso de diversidade e multiculturalismo na comunidade e contribuindo para o ressurgimento econômico de seus pequenos negócios locais e empreendedorismo. Portanto, as cidades do Cinturão da Ferrugem competem entre si para atrair mais refugiados.

> Quais são os desafios?

Apesar da colaboração para atender às necessidades dos refugiados e da revitalização urbana, também chamada de "Renascimento dos refugiados" em Buffalo, existem desafios no processo de integração. Estes são problemas estruturais,

tanto a nível nacional como local. Primeiro, o financiamento para as agências de reassentamento é limitado aos 90 dias iniciais por caso e a expectativa de que os refugiados se tornem autossuficientes no final desse período não é realista. O teto para o número de refugiados que serão permitidos nos EUA foi reduzido para 30.000 no ano passado e para 18.000 este ano, o que leva a ainda mais cortes no orçamento. No ano passado, as agências de reassentamento envolvidas em grandes campanhas de angariação de fundos e o Estado de Nova Iorque dedicaram US\$ 2 milhões a agências de reassentamento naquele estado, mas o futuro desses programas é desconhecido. Diante do número decrescente de refugiados e cortes no financiamento federal, os líderes municipais alertam que o crescimento econômico de Buffalo está ameaçado. Segundo, muitos dos refugiados sírios que entrevistei em Buffalo expressaram algum medo e ansiedade de deportação após as proibições de viagem do presidente Trump. Embora tenham relatado que não experimentam nenhum comportamento negativo dos moradores locais, a islamofobia e a retórica antitruste de refugiados no noticiário nacional levam a um sentimento de não pertencimento. Quando não se sentem bem-vindos, é menos provável que os refugiados se integrem.

No nível local, os desafios são mais diversos. Buffalo é uma cidade altamente segregada e os refugiados são normalmente colocados no lado Oeste pelas agências de reassentamento. No entanto, as suas ocupações (como lava-louças, zelador, cozinheiro, empacotador, montador e transportador de materiais) não se encontram ali. Até que eles possam comprar um carro, eles dependem do transporte público, que não é amplo e confiável. Normalmente, o dinheiro da assistência pública não é suficiente para se sustentar; portanto, eles podem trabalhar em vários empregos de meio período em horários irregulares, o que os impede de frequentar as aulas de inglês durante o horário normal. A assistência à infância não é acessível para a maioria das famílias refugiadas e, a menos que elas possam contar com outros membros da família, as mulheres que têm filhos pequenos não podem frequentar aulas de inglês ou trabalhar. Isso leva ao isolamento das mulheres dentro de suas casas e impede sua integração socioeconômica. Por fim, muitos líderes comunitários observam que a sociedade nativa de Buffalo não conhece muito sobre os refugiados. Como a integração é uma via de mão dupla, não basta que os refugiados aprendam sobre o modo de vida americano e tentem se adaptar.

O reassentamento não apenas oferece uma solução durável para uma pequena minoria de refugiados vulneráveis em todo o mundo, mas também enriquece e ajuda as cidades receptoras. O Estado de Nova Iorque reassenta o terceiro maior número de refugiados no país e Buffalo reassenta o maior número no estado. A experiência que Buffalo acumulou nos últimos dez a quinze anos a torna um exemplo de boas práticas para outras cidades. ■

Contato com Ayşegül Balta Özgen <vmontes@brynmawr.edu>